

Simone Azevedo Floripi

200408358

Argumentos Nulos dentro de DPs em Português Brasileiro

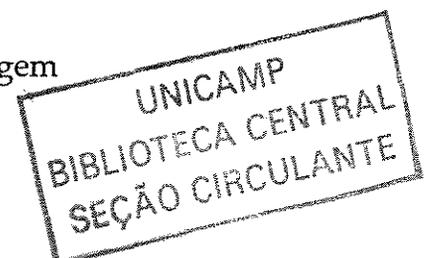
Dissertação apresentada ao Departamento de Lingüística do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em lingüística.

Orientador: Prof. Dr. Jairo Morais Nunes

Universidade Estadual de Campinas

Instituto de Estudos da Linguagem

2003



NIDADE BC
° CHAMADA T/UNICAMP
F664a
EX
DMBO BC/ 58359
DOC 16-117-04
D K
IEÇO R\$ 11,00
ATA 17-06-04
CPD

CM00197719-7

Bib id: 316843

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA IEL
- UNICAMP

F664a	Floripi, Simone Azevedo Argumentos nulos dentro de DPs em Português Brasileiro / Simone Azevedo Floripi. - - Campinas, SP: [s.n.], 2003. Orientador: Prº Drº Jairo Morais Nunes Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem. 1. Gramática gerativa. 2. Minimalismo. 3. Sintaxe (gramática). I. Nunes, Jairo Morais. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.
-------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

BANCA EXAMINADORA



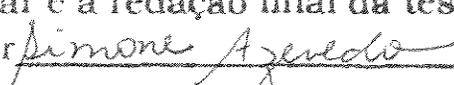
Prof. Dr. Jairo Morais Nunes (IEL/UNICAMP)
Orientador

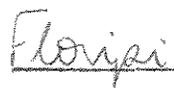
Prof^a Dr^a Mary Aizawa Kato (IEL/UNICAMP)

Prof^a Dr^a Ilza Ribeiro (UFBA)

Prof^a Dr^a Charlotte Marie Chambelland Galves (IEL/UNICAMP)

Suplente

Este exemplar e a redação final da tese
defendida por 

 _____

e aprovada pela Comissão Julgadora em
27/10/2004.

-  _____

*Destino não é uma questão de sorte, mas questão de escolha:
não é uma coisa que se espera, mas algo que se busca*

William Jennings Bryan

A minha família, meu porto seguro.

AGRADECIMENTOS

Há momentos na vida que devemos parar e pensar nas conquistas e realizações que obtivemos para que os melhores momentos vividos não se percam no esquecimento, ou que deixemos de apreciá-los. São estes momentos bons, juntamente com as pessoas queridas que ajudaram a concretizá-los, que nos dão alegria de viver. Assim, para falar de uma fase especial na minha vida, a concretização do meu mestrado, quero enfatizar a importância das pessoas que estiveram ao meu lado, as quais me deram forças, apoio e conforto quando eu mais precisava, sendo que sem elas imagino não ter suportado três anos longe do carinho do meu lar.

Nos corredores da Unicamp pude fazer Amigos, uns mais chegados, outros mais distantes, mas todos, cada um a sua maneira, souberam me cativar de maneiras diferentes e deixar na lembrança a parte boa de dar continuidade aos meus estudos, permitindo um enriquecimento pessoal sem igual. Para trilhar esse caminho de descobertas e vivências, contei com o apoio de muitas pessoas que me incentivaram e permitiram que eu chegasse até aqui. Em particular agradeço:

- √ *Primeiramente a Deus, porque com muita alegria no coração posso dizer Ebenezer (até aqui tem me ajudado o senhor);*

- √ *À CAPES pelo auxílio financeiro, concedido em forma de Bolsa de Mestrado;*
- √ *Ao meu orientador, Jairo Nunes, que despertou em mim o gosto para o estudo da sintaxe gerativa e que me encaminhou para esta área na qual me identifiquei. Agradeço a esse mestre que esteve presente em todos os momentos da minha jornada, sempre me auxiliando com seriedade e muita paciência. Atribuo a ele os méritos alcançados por esta dissertação, pois sem seu apoio não conseguiria ter realizado esta tarefa;*
- √ *À Mary Kato pelos comentários feitos a várias versões deste trabalho, pela sua leitura atenta e minuciosa e pelas aulas no mestrado;*
- √ *À Ilza Ribeiro pela leitura e comentários realizados para a defesa desta dissertação;*
- √ *À Charlote Galves pela atenção que sempre ofereceu nos momentos que mais precisava e pelas contribuições que fez às minhas apresentações e à minha qualificação;*
- √ *À Luciani Tenani que foi mais do que uma orientadora, uma grande amiga que ajudou aquela menina insegura de Rio Preto a se aventurar a fazer um mestrado na Unicamp. Uma professora sempre presente que me espelhou pela sua experiência de vida, garra e determinação, capaz de conciliar seus estudos de doutorado com as aulas no IBILCE, sempre se dedicando com carinho aos seus alunos e colegas;*
- √ *Ao carinho da minha família, Evanilda, Paulo, Denise e vó Arminia. Especialmente aos meus pais em quem me espelhei na minha formação, sendo os responsáveis por tudo que até aqui alcancei. E que com carinho e atenção me ajudam a vencer e a aprender com as diversidades que a vida apresenta; ao W também, (e porque não) que por fazer “parte” da família, sempre esteve me proporcionando momentos de descontração ao caminhar ao meu lado, pelo companheirismo e amor desinteressado que demonstra por mim.*

- √ *Agradeço às minhas amigas que conseguiram vivenciar comigo o dia a dia da Unicamp, oferecendo um ombro amigo quando eu precisava ou rindo comigo nos momentos de descontração na Arcádia. Obrigada Brenda, Cristina, Cynthia, Jéssica, Sílvia, Telma e Valderes que se tornaram grandes amigas e companheiras inseparáveis. Obrigada Juanito pela amizade e pela paciência no julgamento de aceitabilidade das sentenças;*
- √ *Aos meus colegas de curso que fizeram da minha permanência em Campinas uma estada agradável e pelas inúmeras noites de festa que me ensinaram a gostar de forró e da cultura nordestina;*
- √ *Aos inúmeros amigos e colegas da Unicamp, os quais dividi vários momentos interessantes, seja uma simples caminhada à biblioteca, ou uma ida ao “bandejão”: Obrigada Adriana, Ana Cláudia, Cândida, Cláudia, Clécio, Cristiane Namiuti, Daniel Nascimento, Eduardo (Dudu), Edvânia, Eliana, Elenita, Elisângela, Érica, Flaviane, Glaudson, Kassandra, Leonardo (Leo), Lucas Barata, Luciana Ruiz, Manoel, Marcelinho, Marco Antônio, Moacir, Mateus, Marinalva, Mônica, Nely, Renato e Roosevelt;*
- √ *Aos meus amigos de Rio Preto, sejam da graduação, de colégio ou da vida: Obrigada Andrea, Carla Raquel, Gabriela Gontijo, Leila Cabral, Rosana Brochini, Sebastião Carlos e Thiago da Cunha. A vocês que estão guardados no meu coração os quais me incentivaram e me apoiaram a continuar estudando e a lutar pelos meus ideais.*

Resumo

Esta dissertação analisa as características de uma categoria vazia em estruturas possessivas do Português Brasileiro, utilizando o contexto de DP com *nomes relacionais*, i.e., nomes que selecionam outros nomes como argumentos e expressam uma relação de parentesco ou amizade. A análise dessa dissertação está baseada na teoria de Princípios e Parâmetros de Chomsky (1981, 1986) na sua versão mais atualizada, conhecida como Programa Minimalista (Chomsky 1995).

Na teoria de Regência e Ligação, a aplicação do Critério Temático nos níveis de representação sintática impedia o movimento para posições temáticas. Porém, alguns estudos baseados no Programa Minimalista, como Nunes (1995), Hornstein (1999) e Ferreira (2001), demonstraram ser possível a realização desse movimento ao considerar que papéis temáticos são traços, capazes de licenciar movimento.

Dessa maneira, a hipótese defendida por esta dissertação considera o licenciamento do movimento (Copiar e Concatenar) de um DP em estruturas possessivas para uma posição temática, como visualizado no exemplo abaixo.

- (i) Eva telefonou para a mãe *e*

Para o desenvolvimento deste trabalho, foram utilizadas algumas restrições de movimento (cf. Ferreira 2001 e Rodrigues 2001), com o intuito de verificar se tais restrições se aplicariam nas construções relevantes para a minha análise (estruturas com o DP possuidor de uma *cv* ligada a um *nome relacional*). Como resultado, observei que esta *cv* não apresentou comportamento de pronome, o que confirmou minha hipótese de estar lidando com um vestígio de movimento.

Já em contexto de impedimento de movimento, me baseei na proposta de Aoun, Choueiri e Hornstein (2001) sobre um fenômeno apresentado em Libanês. De acordo com os dados encontrados em contexto de ilha, procuro demonstrar que o elemento localizado no DP com *nome relacional* da oração subordinada apresenta características de um elemento pronominal (um tipo de pronome resumptivo), licenciado por questões de economia devido à configuração de bloqueio para movimento.

Abstract

This thesis analyzes the characteristics of an empty category in possessive structures in Brazilian Portuguese, using the context of DPs with *relational nouns*, i.e., nouns that select other nouns as arguments and express a family or friendship relationship. The analysis in this thesis is based on the Principles and Parameters theory of Chomsky (1981, 1986) in its more current version, known as the Minimalist Program (Chomsky 1995).

In the Government and Binding theory, applying the Theta Criterion at the syntactic levels of representation banned movement to θ -positions. However, some studies based on the Minimalist Program, such as Nunes (1995), Hornstein (1999), and Ferreira (2001), have shown that this movement is possible by considering that θ -roles are features, capable of licensing movement.

Thus, the hypothesis argued for in this thesis considers licensing of movement (Copy and Merge) of a DP in possessive structures to a θ -position, as shown in the example below.

- (i) Eva telefonou para a mãe *e*
Eva telephoned to the mother *e*
'Eva called her mother.'

For this study, I have used some restrictions on movement (cf. Ferreira 2001 and Rodrigues 2001), with the intention of verifying if such restrictions would apply to the structures relevant for my analysis (the DP possessor of an empty category linked to a *relational noun*). The result was that this empty category did not show the behavior of a pronoun, which confirmed my hypothesis that it was actually a trace of movement.

As for contexts that block movement, I used a proposal by Aoun, Choueiri, and Hornstein (2001) about a phenomenon in Lebanese. According to the data concerning islands, I demonstrate that the element in the DP with a *relational noun* of the embedded clause shows characteristics of a pronominal element (a kind of resumptive pronoun), licensed for reasons of economy because of the movement blocking configuration.

Índice

Capítulo 1	1
Introdução	1
1.1 Apresentação	1
1.2 A proposta de enfraquecimento de Agr	4
1.3 Objetivos	12
1.4 Hipótese	13
1.5 Caracterização dos possessivos em estrutura com <i>nome relacional</i>	17
1.5.1 Mudança dentro de DPs em português brasileiro.....	17
1.5.2 Diferentes configurações: <i>cv</i> vs <i>seu</i> vs. <i>dele</i>	18
1.5.3 Considerações quanto à natureza da <i>cv</i> em <i>nomes relacionais</i>	19
1.5.4 A proposta sobre especialização de usos	20
1.6 Conclusão	26
Capítulo 2	29
Movimento para posição temática	29
2.1 Arcabouço teórico	29
2.2 A natureza das relações temáticas	30
2.2.1 Movimento para posição temática	31
2.2.2 PRO controlado vs PRO arbitrário	36
2.2.3 Movimento para posição temática em dados do PB	37
2.3 Hipótese de pesquisa	41

Capítulo 3	45
Estudo da categoria vazia em DPs: restrições para o licenciamento de movimento do DP	45
3.1 Introdução	45
3.1.2 Noção de c-comando	46
3.1.3 Localidade do referente	46
3.1.4 Antecedente cindido	51
3.1.5 Princípio <i>Evite Pronome</i>	52
3.1.6 Assimetria de interpretação	55
3.1.7 Leitura com <i>Só DP</i> (foco)	57
3.1.8 Leitura <i>de se</i>	59
3.2 Princípio de Montalbetti	61
3.3 Aplicação da Operação Movimento Lateral (<i>Sideward Movement</i>)	64
3.3.1 Movimento Lateral em dados de <i>nome relacional</i>	70
3.4 Contextos com ilhas – ilha relativa	75
3.5 Conclusão	76
Capítulo 4	77
Estudo da categoria vazia em contexto de ilhas	77
4.1 Introdução	77
4.2 Análise de Aoun, Choueiri e Hornstein (2001) sobre árabe libanês	77
4.3 Licenciamento do resumptivo – Economia para o sistema	86
4.4 Reconstrução	91
4.5 Aplicação dos elementos de <i>nome relacional</i> em contexto de ilha	93
4.6 Resumptivos em contexto de <i>nome relacional</i>	95
4.7 Localidade do Referente	96
4.8 Antecedente cindido	100
4.9 Leitura imprecisa	101
4.10 Estrutura de foco	103
4.11 Leitura <i>de se</i>	105
4.12 Evite pronome	106

4.13 Extração de estruturas coordenadas	110
4.14 Conclusão	115
Capítulo 5	117
5. Conclusão final	117
Bibliografia	121

Capítulo 1

Introdução

1.1 Apresentação

O objetivo principal desta dissertação é investigar, em português brasileiro, as características da categoria vazia em contextos de DPs que contêm *nomes relacionais*. São denominados *nomes relacionais* aqueles que expressam relação de parentesco e selecionam DPs como argumentos, como nos casos destacados em (1) abaixo. Estes elementos aparentemente permitem a presença de uma categoria vazia (*cv*) ocupando uma posição temática.

- (1) a. A Maria_i gosta da irmã *cv_i*.
b. O Pedro_k telefonou para o pai *cv_k*
c. Carla_m beijou o amigo *cv_m*

Os exemplos apresentados acima indicam que o português brasileiro licencia um elemento nulo no DP com *nome relacional*. E para realizar uma investigação sobre este elemento é

necessário fazermos menção ao licenciamento desta forma pelo sistema da língua. Este primeiro capítulo busca então apresentar os dados referentes ao licenciamento da *cv* em PB.

Em Português Brasileiro notamos um fenômeno de enfraquecimento da concordância da morfologia verbal que tem acarretado algumas mudanças na língua. Para que possamos analisar as características da *cv*, devemos considerar os processos de mudança na morfologia verbal em PB que têm desencadeado várias mudanças em relação às pessoas gramaticais, por exemplo.

Para iniciarmos esta discussão apresento a seguir as observações de Câmara JR. (1975, p.51-2) ao analisar o desuso de *lhe* e *seu* para as terceiras pessoas com base na mudança no quadro morfológico do português brasileiro:

“Num outro plano da língua houve também uma mudança que alterou o sistema de pronomes pessoais. Por causa das condições específicas do Brasil, usamos sempre a terceira pessoa quando nos dirigimos ao interlocutor, enquanto que, em Portugal, isto é uma expressão formalística, ao lado de *tu* no círculo familiar. No Brasil, ao contrário, a segunda pessoa está, quase em todas as regiões, relegada a situações muito especiais, mais ou menos esporádicas. O uso de *você* (tratamento familiar) e de *senhor* (tratamento respeitoso), como pronomes do quadro morfológico da terceira pessoa, firmou-se no lugar de *tu* e *vós* (...). Daí, *lhe* tornou-se ambíguo para a terceira pessoa propriamente dita, onde *ele* é o caso-sujeito. Assim, colocou-se regularmente em seu lugar a variante *a ele*. O possessivo *seu* tornou-se também ambíguo, e tivemos, no seu lugar, *dele* porque *seu* é mais sentido como possessivo de *você* e de *senhor*”.

A mudança no quadro dos possessivos em PB causada pelo enfraquecimento da concordância da língua foi também abordada por Perini (1985) que realizou uma investigação sobre os surgimentos de pronomes possessivos. Perini procurou explicar o desuso do pronome *seu* e a aplicação da forma *dele* no PB. Atentemos para o comentário do autor:

“O pronome *seu* é ambíguo, podendo corresponder a qualquer dos pronomes *você, vocês, ele* ou *eles*. Essa é a situação comumente encontrada no português escrito formal (...). A língua coloquial livrou-se da ambigüidade do pronome *seu* permitindo que (...) se especializasse como forma possessiva de *você*, exclusivamente. (...) As partes que resultam faltantes no quadro pronominal são preenchidas por sintagmas possessivos da forma *de+N*: *pai dele, pai deles, pai de vocês*”. (Perini 1985:05)

A mudança no sistema pronominal do PB permitiu a variação quanto à utilização dos pronomes *seu* e *dele* devido à ambigüidade causada pelo pronome *seu*. Esse fenômeno acabou licenciando um novo quadro pronominal que trabalha apenas com a oposição de primeira pessoa vs. não primeira pessoa. Neste novo sistema, a língua acaba sofrendo uma tendência à substituição do pronome *seu* pelas construções *de + N*, dado que as demais pessoas pronominais possuem formas possessivas estruturadas da mesma maneira. O pronome *dele* passou a ser a forma mais utilizada no registro oral do PB, relegando à forma *seu* a contextos específicos da escrita em uso formal, o que reflete a natureza conservadora da língua no que se refere às modalidades oral/ escrita.

Silva (1984) faz um mapeamento da utilização do pronome *dele*, determinando, por meio de dados quantitativos, a frequência de uso deste pronome no contexto oral e no escrito. Confira os resultados de sua pesquisa na tabela abaixo.

	Frequência
Escrito	314/2228 = 14.1%
Oral	485/647 = 75.0%

Silva (1984:57) Frequência geral de aplicação da forma *dele*. Diferença entre o *corpus* escrito e o oral.

Conforme os percentuais acima, percebemos que há um grande uso do pronome *dele* na modalidade oral da língua.

1.2 A proposta de enfraquecimento de Agr

Como vemos, a questão da utilização dos pronomes *seu* e *dele* no quadro de pronomes possessivos em PB tem sido amplamente discutida no decorrer dos anos. No entanto, essas pesquisas não se ativeram à possibilidade de uma outra forma possessiva utilizada no PB.

Reparemos em (2) as formas de determinar uma estrutura possessiva, utilizadas em PB.

- (2) a. A Ana_i brigou com a irmã *dela*_i.
b. *A Ana_i brigou com a *sua*_i irmã¹

¹ O julgamento representado por * em (2b) corresponde à variedade do português brasileiro coloquial. O uso da forma pronominal *seu* de 3ª pessoa na modalidade escrita em seu aspecto formal não será analisado nesta dissertação.

c. A Ana_i brigou com a irmã *cv_i*

Como revelado por estes exemplos, podemos notar a variação no uso dos pronomes *dele* vs. uma categoria vazia. Vemos que o pronome *dela* em (2a) e a categoria vazia em (2c) remetem ao mesmo referente e que as duas sentenças aparentemente possuem a mesma estrutura.

Em um primeiro momento, uma possibilidade de análise dessa categoria vazia estaria nos remetendo a um pronome nulo (*pro*). Mas o emprego de um *pro* tem seus traços identificados com base no paradigma flexional da língua. Por exemplo, no caso do sujeito nulo, em algumas línguas, o sujeito de uma oração finita não precisa vir expresso lexicalmente para obtermos a sua referência, pois sua interpretação é recuperada pela morfologia verbal.

As investigações a respeito da morfologia verbal com relação à interpretação do sujeito nulo procuram fazer uma correlação das marcas visíveis de concordância número-pessoal dos verbos com a possibilidade de sujeitos nulos, uma vez que a interpretação destes tipos de sujeito deve ser recuperada pela concordância (AGR) da língua. Chomsky (1992:10) refere-se a esta categoria funcional (AGR) como uma coleção de traços de gênero, número e pessoa, relativos ao sistema de concordância de sujeito e objeto. Se estes traços receberem representação fonética, eles podem se manifestar como afixos verbais para identificação das pessoas gramaticais.

Dado que uma mudança lingüística tem sua difusão gradual na língua, vale considerar uma análise relativa a essa mudança no decorrer dos anos. Para isso o estudo diacrônico do fenômeno pode ser vislumbrado no trabalho de Duarte (1996).

Duarte (1996) se ateve a dados recolhidos no decorrer dos anos entre 1845 e 1992. A autora pôde perceber que o PB sofreu alterações no paradigma de concordância de sujeito, como apresentado na tabela abaixo. Comparemos o paradigma 1 com o paradigma 3, em que algumas

terminações das formas verbais não são mais realizadas no Português Brasileiro Contemporâneo (PBC).

Pessoa	Número	Paradigma 1	Paradigma 2	Paradigma 3
1 ^a	Singular	Cant – o	Cant – o	Cant – o
2 ^a direta	Singular	Canta - s	-----	-----
2 ^a indireta	Singular	Canta – Ø	Canta – Ø	Canta – Ø
3 ^a	Singular	Canta – Ø	Canta – Ø	Canta – Ø
1 ^a	Plural	Canta – mos	Canta – mos	Canta – Ø
2 ^a direta	Plural	Canta – is	-----	-----
2 ^a indireta	Plural	Canta – m	Canta – m	Canta – m
3 ^a	Plural	Canta – m	Canta – m	Canta – m

(Duarte 1996:109) Evolução dos paradigmas flexionais do português. Verbo *cantar*.

De acordo com a tabela acima, podemos verificar que, em tempos passados, o sistema flexional do PB evidenciava seis marcas morfológicas distintas (visualizado pelo paradigma 1). No entanto, atualmente, as marcas de pessoa quase desapareceram, sendo restringidas a apenas 3 formas diferentes (visualizado pelo paradigma 3). Repare que neste último paradigma houve o empobrecimento das formas verbais de 2^aPS, 3^aPS e 1^aPP (*você, ele* e a forma *a gente* introduzida no lugar do pronome *nós*) e 2^aPP e 3^aPP (*vocês, eles*), tornando-se, no decorrer do tempo, indiferenciadas entre si quanto à pessoa gramatical, fazendo com que os elementos flexionais dependessem predominantemente da presença de um sujeito lexicalizado. Ou seja, não ocorre mais a distinção entre segunda e terceira pessoa na morfologia verbal da língua, uma vez que

todas estas pessoas gramaticais apresentam uma terminação zero; isto faz com que o número de sujeitos preenchidos manifeste um aumento significativo.

Como resultado, a redução no número de marcas morfológicas realizadas pelo verbo em PB conduz à generalização de que o enfraquecimento de AGR está levando a um preenchimento da posição de sujeito por uma categoria lexical. Assim, a diminuição das formas verbais e a tendência a o preenchimento do sujeito referencial seriam evidências de que o PB está em um processo de enfraquecimento da concordância verbal, caminhando de certa forma, para deixar de ser uma língua *pro-drop*².

A indicação que a morfologia verbal do PB está em um processo de empobrecimento nos sugere a categoria vazia presente em estruturas possessivas como em (3) tenha uma característica diferente de um pronome nulo, uma vez que este elemento não estaria mais sendo licenciado pela concordância da língua³.

(3) O André_i beijou a irmã *cv*_i

Cerqueira (1993, 1996) procurou verificar as condições de licenciamento das formas indicadoras de posse de terceira pessoa *seu* e *dele* e

b. João gosta do pai *dele*.

O autor relaciona o avanço da indicação de posse realizada pela forma *dele* a estágios de mudança no português brasileiro, envolvendo as transformações no sistema de concordância da língua. Como salientado na seção anterior, é esperado que uma língua que sofreu um enfraquecimento na sua morfologia verbal apresente, por exemplo, uma perda de sua capacidade de permitir sujeitos nulos.

Cerqueira (1993:145-6) afirma que o traço [+pessoa] da categoria funcional de AGR (projeção de concordância nominal) é considerado o elemento básico determinador da forma possessiva de terceira pessoa (*seu vs. dele*). Para que a forma pronominal *seu* seja permitida, o núcleo AGR deve possuir a especificação de morfemas marcadores de pessoa e de número, senão, a única forma possível de ser legitimada será o pronome possessivo *dele*.

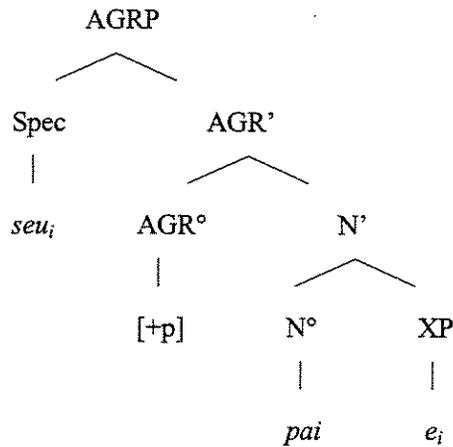
O autor assume que o Caso genitivo realizado pelo pronome possessivo seria resultado da relação entre o núcleo AGR^o e seu especificador, em que AGR^o atribuiria Caso ao elemento presente no seu Spec por meio do processo de concordância entre núcleo e especificador. Dessa maneira, o possuidor deve ser gerado à direita do núcleo N^o, local de atribuição de seu papel temático, e depois se move para a posição de Spec de AGR^o para receber Caso⁴.

Em (5) estão as configurações apresentadas pelo autor ⁵.

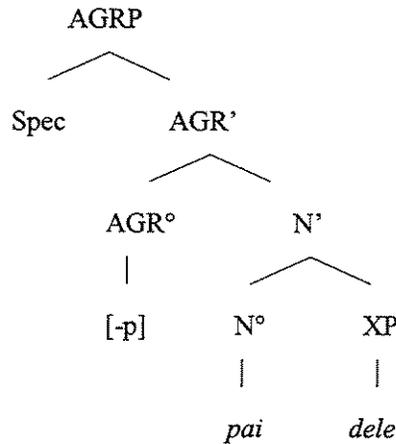
⁴ Ao comparar a estrutura interna do DP com a estrutura de uma sentença (estrutura de um CP) Szabolcsi (1994) propõe que o possuidor tem certos traços que precisam ser checados fora do constituinte onde ele foi gerado como um possuidor. Assim, a autora propõe a existência de projeções funcionais dentro do DP em que os traços de Concordância e Caso podem ser checados.

⁵ Nesta dissertação optei pela estrutura proposta por Cerqueira (1996), pois verifiquei sua aplicação nos dados de PB em construções possessivas que utilizam os pronomes *seu* e *dele*. No entanto, Castillo (2001) ao estudar as realizações sintáticas de sentenças que contêm uma relação temática entre dois nomes (relação possessiva) apresenta uma outra configuração estrutural para a estrutura possessiva. Segundo sua proposta, o elemento possuidor é alçado

(5) a.

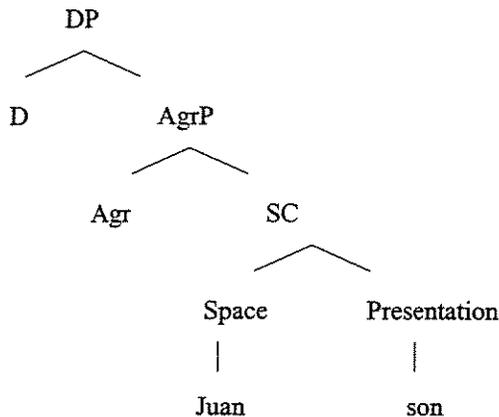


b.



porque não é o participante do evento do verbo em vários casos. Para Castillo, somente o NP possuído é capaz de satisfazer o requerimento temático do verbo, fazendo com que o possuidor se mova, e não o argumento do verbo.

A configuração proposta por Castillo (2001:143) relativa a *nomes relacionais* está apresentada abaixo.



Avelar (2003) vem demonstrando que a proposta de Castillo dá conta de certas propriedades semântico-sintáticas de construções possessivas, estativas e existenciais, como a inaceitabilidade de constituintes nominais definidos na posição de complemento de *ter* possessivo no PB: A Ana tem cabelo/ * A Ana tem o cabelo.

No exemplo (5a) o movimento do pronome possessivo para a posição de Spec é permitido para que haja concordância entre o núcleo AGR e o elemento no Spec de AGRP. Isto é possível uma vez que AGR possui as especificações de pessoa, necessárias para a checagem do Caso genitivo nesta configuração. Notemos que no exemplo (5b), acima, não é possível haver movimento do pronome possessivo para a posição de Spec de AGRP, pois não há especificação dos traços de pessoa do núcleo AGR^o, contudo a noção de posse é mantida de outra forma.

Como sustenta Cerqueira, o núcleo AGR^o do DP está perdendo sua capacidade de atribuir Caso, pois esse AGR^o defectivo passa a ter uma relação de concordância imprópria com o elemento em seu Spec quanto à especificação de terceira pessoa, fato que revela o enfraquecimento da morfologia dentro do DP possessivo. Desse modo, a indicação de posse acaba por ser realizada de outra forma, através de uma construção perifrástica (*de + pronome*), que equivale, em termos sintáticos, à indicação de posse quando o possuidor é representado por um DP (*de + João, de + a mulher*).

A investigação de Cerqueira formaliza a explicação sobre o processo em que construções com *seu* passaram a serem substituídas por *dele*, ao assumir que o núcleo AGR^o atribui opcionalmente Caso genitivo ao elemento presente em seu Spec. Isto ocorre de acordo com a possibilidade de haver morfemas de pessoa e número especificados nesta categoria funcional. Portanto, este resultado nos traz indícios de que está havendo uma mudança no sistema flexional do português brasileiro contemporâneo como um todo (cf. Kato (2002)).

Com a finalidade de explorar esta noção de mudança no paradigma nominal em PB discutirei a especialização de formas possessivas relacionadas às pessoas pronominais. Para

iniciar esta discussão tenho como base o trabalho de Cerqueira (1996) sobre as mudanças no quadro pronominal do PB relativas ao enfraquecimento da concordância.

Note nos exemplos abaixo uma alternância de aceitabilidade nas sentenças devido ao tipo de pessoa gramatical.

- (6) a. ?* Eu_i liguei para o primo cv_i
b. Eu_i liguei para o *meu*_i primo.
- (7) a. ?? Você_i ligou para o primo cv_i.
b. Você_i ligou para o *teu*_i / *seu*_i primo.
- (8) a. Ele_i ligou para o primo cv_i.
b. *Ele_i ligou para o *seu*_i primo.
c. Ele_i ligou para o primo dele_i.

Atentemos para o fato de que as sentenças (6b) e (7b) em que estão presentes os pronomes *meu* e *seu* são mais aceitáveis se comparadas com as sentenças (6a) e (7a) respectivamente. No entanto, isto não ocorre com as sentenças (8a) e (8b). Note que em (8b), em que utilizamos a 3ª pessoa *ele* como sujeito da sentença, ocorre uma inversão na aceitabilidade da sentença se compararmos com os exemplos em (6b) e (7b). Esta alternância de aceitabilidade em sentenças que possuem a mesma estrutura demonstra que a pessoa pronominal interfere na utilização do pronome *seu* quando utilizado na 3ª pessoa, como em (8b). Verificamos também que a

posposição do pronome (*dele*) em relação ao nome relacional ocorre quando se utiliza na posição de sujeito um pronome de 3ª pessoa *ele*, como na sentença (8c).

Estes resultados podem ser analisados se assumirmos o trabalho de Cerqueira (1996) no que concerne a sua hipótese de haver um processo de re-categorização do sistema possessivo do PB, relativo aos pronomes *seu* vs. *dele*. Devido a este processo de especialização de formas e devido ao enfraquecimento da concordância do DP em PB, quando ocorre ambigüidade com relação ao referente (apresentada pelo pronome *seu* como em (5b)), a forma indicadora de posse *dele* é utilizada para explicitar o referente adequado. Ou seja, a variação na aceitabilidade entre as sentenças (6), (7) e (8) ocorre devido às transformações no quadro pronominal que se têm verificado em PB.

Como podemos verificar em (8), o enfraquecimento da concordância dentro do DP licencia a utilização do pronome *dele*. Isso ocorre porque as construções com o pronome *seu* estariam se especializando para expressar a forma possessiva *de você*, o que acabaria por permitir que a indicação de posse seja realizada pela forma *de + pronome (dele)*, como ocorre no exemplo em (8). Já no que concerne à categoria vazia em (8a), estudaremos no decorrer deste trabalho quais fenômenos estão envolvidos com a sua utilização.

1.3 Objetivos

Considerando a possibilidade de uma categoria vazia em estruturas possessivas de PB e o fato de que não se encontrarem análises para este fenômeno, os objetivos principais deste trabalho são:

- Investigar a natureza da categoria vazia, utilizando um contexto de DP com *nomes relacionais* em Português Brasileiro (PB).
- Investigar as repercussões sintáticas e semânticas relacionadas à alternância dos pronomes possessivos *seu* vs. *dele*, que aparentemente exercem a mesma função da categoria vazia a ser analisada.

1.4 Hipótese

A presente dissertação se restringe à análise da categoria vazia, buscando investigá-la associada a um tipo específico de estrutura possessiva, os DPs com *nomes relacionais*. Diferentemente de outros nomes que participam de uma relação de posse, os *nomes relacionais* estabelecem uma relação sintática obrigatória com outros nomes, tomando necessariamente um elemento como argumento.

O enfoque a este tipo de nome possessivo é necessário dado que nem todos os nomes que estabelecem uma relação de posse podem selecionar outros nomes como argumentos. Por exemplo, nomes tais como *carro*, *livro*, *construção*, por exemplo, podem ou não selecionar um outro nome, conforme vemos nos exemplo em (9).

- (9)
- a. A construção do Pedro é boa
 - b. A construção da casa é boa
 - c. A construção é boa

Como vemos na sentença (9a) o nome *construção* seleciona o DP *do Pedro*, permitindo uma relação de posse entre *Pedro* e *construção*. Na sentença (9b) o nome *construção* seleciona o DP *da casa*. Contudo, já em (9c) o nome *construção* não seleciona nenhum DP como argumento, o que não compromete a aceitabilidade da sentença, revelando que este nome não seleciona necessariamente um outro nome como argumento.

Através de exemplos como estes, vemos que o DP genitivo possui uma interpretação meio frouxa com relação ao possuidor, sendo interpretado diferentemente em cada caso ao se relacionar com o resto do DP, ou seja, este elemento nominal não seleciona obrigatoriamente um outro nome, assim como ocorre com os nomes relacionais que possuem uma categoria vazia associada.

Portanto, esta pesquisa investiga as características da categoria vazia em contextos de DPs que contêm *nomes relacionais*, pois ao contrário dos nomes possessivos comuns, os *nomes relacionais* estabelecem uma relação temática entre dois nomes, selecionando nomes como argumentos, conforme os exemplos em (10) podem demonstrar⁶.

- (10) a. Pedro falou com a irmã da Maria
b. José beijou a mãe da Carla

Como vimos nas sentenças acima, há uma posição temática que está sendo preenchida pelos PPs *da Maria* e *da Carla*. No entanto, verificamos que em estruturas como estas é possível que uma categoria vazia esteja ocupando esta posição temática. Vejamos os exemplos em (11)

⁶ Devo esclarecer que não pretendo abordar os aspectos dêiticos da categoria vazia em questão, em sentenças do tipo (i) *O pai cv ligou*. Estas estruturas são utilizadas em dialetos específicos em que *pai* se refere apenas à pessoa que fala e também podem ser utilizadas em contextos familiares em que dois irmãos estão se referindo ao pai em comum.

- (11) a. A Maria_i gosta da irmã *cv*_i.
b. O João_i abraçou o amigo *cv*_i

De acordo com a teoria clássica de GB (*Government and Binding Theory*), o elemento presente nesta posição não realizado foneticamente teria as características de um pronome nulo, um *pro*, dado que este elemento estaria recebendo o papel temático atribuído pelo *nome relacional*. Como visualizado na configuração em (12).

- (12) a. A Ana_i beijou o primo **pro**_i.
b. O Pedro_i gosta da irmã **pro**_i

Contudo, recentes pesquisas em sintaxe gerativa (cf. Boscovick (1994), Nunes (1995, 2001, a sair), Hornstein (1999, 2002), Ferreira (2000) e Rodrigues (2000)) têm demonstrado que o movimento para posição temática é lícito⁷. Mais especificamente no português brasileiro, investigações realizadas sobre o sujeito nulo demonstraram que nesta língua é permitido o movimento para uma posição temática devido ao enfraquecimento da morfologia verbal.

No que se refere mais especificamente a dados do PB, os trabalhos de Ferreira (2000) e Rodrigues (2000) desenvolvem uma análise capaz de explicar o fenômeno do sujeito nulo em orações finitas de complementos e de adjuntos.

Consideremos os exemplos abaixo que possuem a configuração estrutural analisada no trabalho dos autores.

- (13) O João_i disse que *cv*_i vem amanhã de manhã
- (14) O João_i foi embora depois que *cv*_i brigou com a Maria

Ao estudarem sentenças como estas em (13) e (14) os autores trazem argumentos fortes de que o sujeito nulo referencial no português brasileiro não deve ser considerado um pronome nulo (*pro*), mas deve ser analisado como resultante do movimento do DP da oração subordinada para a posição de sujeito da oração matriz (uma posição θ).

Apresento em (15), como exemplo, a representação de uma sentença com sujeito nulo referencial, seguindo a proposta de Ferreira (2000:101).

- (15) a. João disse que comprou um carro.
- b. [_{TP} Jo ão T_{completo} [_{VP} Je ão disse [_{CP} que [_{TP} Je ão T_{incompleto} [_{VP} Je ão c omprou carro]]]]

Desconsiderando as diferentes implementações técnicas apresentadas por Ferreira (2000) e Rodrigues (2000), esta dissertação baseia-se nos resultados alcançados pelos trabalhos destes autores assumindo que o sujeito nulo referencial do PB não é um *pro*, mas é o resultado de movimento do DP sujeito para a oração principal. Assim, seguindo os passos destas pesquisas, levanto a hipótese de que a categoria vazia (*cv*) presente nos contextos de DP contendo *nome relacional* não seja um *pro*, mas seja um *v* estígio, resultado do processo de

⁷ A discussão para um melhor embasamento teórico no que concerne à possibilidade de se mover um elemento para uma posição temática será trabalhado no capítulo (2) a partir da discussão dos trabalhos de Hornstein (1999, 2001).

movimento (*Copy + Merge*) de um DP para uma posição temática mais alta na estrutura sintática, conforme apresentado nas estruturas abaixo.

- (16) a. O Pedro_i telefonou para a tia t_i.
b. A Bia_i ganhou da irmã t_i

Conforme minha hipótese, em (16a) o DP Pedro estaria se movendo da posição interna ao DP com *nome relacional* para a posição de sujeito da sentença, deixando um vestígio (uma cópia) em sua posição inicial.

1.5 Caracterização dos possessivos em estrutura com *nome relacional*

1.5.1 Mudança dentro de DPs em português brasileiro

Uma vez esboçada em linhas gerais a minha hipótese, retomarei as estruturas possessivas apresentadas anteriormente que permitem o estabelecimento de uma noção de posse entre os elementos do DP com *nome relacional*. Em seguida discutirei o desuso do pronome possessivo *seu*, abordando a hipótese de substituição de formas apresentada por Cerqueira (1993), juntamente com as discussões de Müller (1997) e de Negrão e Müller (1996) sobre sua proposta de especializações de formas.

1.5.2 Diferentes configurações: *cv* vs. *seu* vs. *dele*

Basicamente, o termo *genitivo* equivale a um termo funcional para recobrir um conjunto de *funções argumentais* do sistema nominal que se podem correlacionar por algumas propriedades sintáticas e semânticas, como a associação a determinados papéis temáticos (agente, tema, possuidor) e a possibilidade de expressá-las pelos pronomes possessivos. Sendo assim, este elemento genitivo pode ser expresso por uma configuração que determina posse ou por um pronome possessivo⁸.

Dentre as possíveis estruturas com DPs possessivos no Português Brasileiro, nesta dissertação, procurarei analisar a relação entre a *cv* e os outros elementos capazes de veicular uma relação de parentesco em um nome.

Atentemos para as configurações abaixo que demonstram as possíveis estruturas de DPs com nomes relacionais.

- (17) a. Bia_i conversou com a prima *cv*_i
b. *Bia_i conversou com *sua*_i prima.
c. Bia_i conversou com a prima *dela*_i.

⁸ Seguindo a tradição da gramática gerativa, o Caso genitivo é um Caso abstrato atribuído a certos argumentos de um núcleo nominal.

Vemos que as formas pronominais também podem ter como referente o elemento localizado na posição de sujeito da sentença o que permite a veiculação da noção de posse assim como a *cv* o faz.

Como visualizado em (17), existem três possibilidades de estrutura que veiculam a noção de posse em contexto de DP com *nome relacional*, que pode ocorrer por meio do pronome *seu* em (17b)⁹, do pronome *dela* em (17c) e por meio de uma categoria vazia como em (17a).

Vale notar que a sentença (17b) que utiliza o pronome possessivo *seu* se revela inaceitável se comparada com as demais. Este fenômeno pode ser explicado se considerarmos a mudança no quadro dos possessivos no PB.

1.5.3 Considerações quanto à natureza da *cv* em *nomes relacionais*

Como discutido na seção 1.2: *A proposta de enfraquecimento de Agr*, o desuso do pronome nulo na posição de sujeito em PB está relacionado ao processo de enfraquecimento da categoria AGR, uma vez que *pro* necessita de uma morfologia rica para identificação de seu referente. Portanto, podemos afirmar que *pro*, em algumas configurações do PB, não está sendo licenciado, devido ao fato de que a morfologia interna ao DP está enfraquecida e não atribui Caso Genitivo, conforme atestamos na sentença em (18).

(18) O José_i comprou um presente para a prima *cv*_i

⁹ Lembrando que esta estrutura é possível de ser utilizada em PB, contudo, é usada em contextos mais formais, como na escrita, por exemplo.

Considerando a discussão realizada anteriormente, não nos parece estranho que seja possível utilizarmos uma categoria vazia pronominal em um sistema que está em um processo de enfraquecimento de sua concordância? Ou seja, se a *cv* em contextos de *nome relacional* fosse um *pro*, era de se esperar que ela não fosse mais licenciada por AGR e caísse em desuso. No entanto, notamos um grande número de estruturas que utilizam esta *cv* em PB, como apresentado em (19), por exemplo.

- (19) a. O Pedro_i foi buscar a mãe *cv*_i no hospital.
b. A Ana_i trabalha para a irmã *cv*_i no final de semana.

Cerqueira (1996) relaciona o enfraquecimento de AGR com o não licenciamento do pronome nulo em PB. E como consequência desta relação, podemos pensar que o próprio sistema da língua acaba por licenciar um novo elemento que possa exercer a mesma função que o pronome possessivo. Cabe salientar que Cerqueira, ao elaborar sua análise sobre o enfraquecimento de AGR, não abordou a possibilidade de haver uma categoria vazia que poderia exercer uma função “equivalente” à de um pronome possessivo como *seu* e *dele*. Assim, a língua acaba licenciando um elemento, uma categoria vazia que revela uma relação de posse com o *nome relacional*.

1.5.4 A proposta sobre especialização de usos

Contrariamente à análise de Cerqueira no que se trata do enfraquecimento do núcleo AGR, Negrão e Müller (1996) procuraram demonstrar que a alternância entre as formas

possessivas *seu* e *dele* não estava relacionada ao enfraquecimento da concordância, mas que era, na verdade, derivada de uma especialização em relação ao grau de referencialidade do antecedente a ser recuperado: “*seu* seria uma forma pronominal com comportamento de variável presa e *dele* seria uma forma pronominal livre” (Negrão e Müller, 1996:148).

Almeida (1993) (apud Müller 1996) trabalhou com dados do NURC com gravações realizadas no estado de São Paulo. Em sua pesquisa, procurou levantar as ocorrências de terceira pessoa das formas possessivas *seu (s)*, *sua(s)* e *dele(s)*, *dela(s)* correlacionando-as aos seus sintagmas nominais antecedentes. Com o intuito de determinar o grau de referencialidade dos elementos, Almeida classificou os sintagmas nominais antecedentes às formas possessivas conforme o seu tipo semântico e de acordo com a denotação que possuíam em cada contexto. Atentemos para o quadro abaixo que apresenta os dados investigados.

	ANTECEDENTE		
	ESPECÍFICO	NÃO-ESPECÍFICO	GENÉRICO
<i>Dele</i>	76 %	54 %	6 %
<i>Seu</i>	24 %	46 %	94 %

Müller (1997b:16) *Tipo semântico do sintagma nominal e forma possessiva correspondente.*

Como podemos perceber, os resultados apontam para uma relação entre o grau de referencialidade e o pronome utilizado.

De acordo com os dados apresentados pela autora, foi estabelecida a seguinte divisão:

- i. Sintagmas nominais específicos: nomes próprios e SNs com referência específica.

- ii. Sintagmas nominais não específicos: SN definidos e indefinidos que não possuem uma referência específica.
- iii. Sintagmas nominais genéricos: SNs que se referem a uma classe de indivíduos ou entidades.

Müller (1997b), baseada nos resultados da pesquisa de Almeida (1993), assumiu que o tipo de pronome estaria relacionado ao grau de referencialidade do DP que o antecede: os DPs estariam divididos em relação ao traço quantificacional, sendo que o DP [+quantificacional] seria recuperado por *seu* e o DP [-quantificacional] por *dele*, o que determinaria a especialização das formas.¹⁰ Notemos o exemplo de Müller (1997a:91) na sentença em (20).

- (20) a. Qualquer lingüista quer ter *seus* artigos lidos por Chomsky.
b. *Qualquer lingüista quer ter os artigos *dele* lidos por Chomsky.

Este exemplo nos leva a notar que o elemento [+quantificacional] *qualquer lingüista* é recuperado pela forma *seu*, confirmando a afirmação de Müller.

Por outro lado, Negrão e Müller (1996) lidam com a alternância entre a utilização dos pronomes *seu* e *dele* e assim como Cerqueira (1996), as autoras também não consideraram a possibilidade da ocorrência de uma terceira forma além de *seu* e *dele*, i.e., não consideraram a legitimação de uma categoria vazia que estaria em uma função equivalente aos pronomes.

¹⁰ Negrão e Müller (1996:142) afirmam que “a forma *seu* retoma sintagmas nominais não referenciais, enquanto que a forma *dele* tende a retomar sintagmas nominais referenciais”.

A formulação do exemplo (22) com um DP [+quantificacional] e do exemplo (24) com DP [-quantificacional] demonstram a possibilidade não explorada do uso de uma categoria vazia.

- (21) a. Todo menino_i gosta de passear com a mãe *cv*_i
b. Todo menino_i gosta de passear com a mãe *dele*_i¹¹
c. Todo menino_i gosta de passear com *sua*_i mãe

- (22) a. Toda mulher_i que gosta do filho *cv*_i é feliz
b. Toda mulher_i que gosta do filho *dela*_i é feliz
c. Toda mulher_i que gosta do *seu*_i filho é feliz

- (23) a. O menino_i passeou com a mãe *cv*_i
b. O menino_i passeou com a mãe *dele*_i
c. *O menino_i passeou com *sua*_i mãe

- (24) a. A aluna_i disse que gosta do pai *cv*_i
b. *A aluna_i disse que gosta do *seu*_i pai.
c. A aluna_i disse que gosta do pai *dela*_i

¹¹ Os resultados das sentenças (21b) e (22b) acima contrariam a proposta de Negrão e Muller (1996) uma vez que o sintagma [+quantificacional] é retomado por *dele* e a sentença é aceitável. No entanto, não entrarei nesta discussão uma vez que não é um fator que vá intervir à minha análise.

De acordo com estes exemplos, surge aqui uma indagação. Como seria então analisada a categoria vazia ocupando a posição destes possessivos? Esta categoria vazia poderia ser um *pro*? Mas o *pro* ainda estaria sendo licenciado na língua dentro do DP possessivo mesmo com AGR enfraquecido? E se não estivermos tratando de um pronome nulo, então qual seria a natureza desta *cv*?

Considerando que a categoria vazia em questão fosse um *pro*, atentemos para os exemplos em (25).

- (25) a. [Todo menino]_i disse que a Maria bateu na mãe **dele**_i.
b. *[Todo menino]_i disse que a Maria bateu na mãe *cv*_i.

Com o intuito de explicarmos a ambigüidade em relação a aceitabilidade das sentenças em (25), imaginemos que o elemento presente na posição da *cv* seja um *pro*. Se assumirmos isto, a sentença em (25b) deveria ser aceitável, uma vez que de acordo com a proposta de investigação de Negrão e Müller (1996) em contexto de sintagmas quantificacionais o pronome nulo deveria apresentar um comportamento de variável presa, estabelecendo como referente o sujeito da sentença. No entanto, se compararmos a leitura de (25a) com (25b) notamos que nesta última o *nome relacional mãe* é interpretado como sendo de *Maria* e não de *todo menino*, o que revela um comportamento diferenciado da *cv* em relação ao pronome.

Além disso, se as configurações em (25) possuem a mesma estrutura, apenas diferindo em relação ao uso ou não do pronome possessivo *dele*, o que pode estar causando a alternância de aceitabilidade nestas sentenças? Assim, o que difere entre o pronome possessivo de (25a) e a categoria vazia de (25b)?

Para encaminharmos corretamente as questões levantadas acima, tomamos como base o Princípio de Montalbetti (1984), ou *Restrição do Pronome Lexical (Overt Pronoun Constraint)* inserido no contexto da chamada *Linking Theory* de Higginbotam (1980).

A explicação para a inaceitabilidade da sentença (25b) requer uma discussão utilizando o **Princípio de Montalbetti** (Montalbetti, 1984). Este princípio lida com a alternância de pronomes nulos e pronomes lexicais em contextos com SN quantificacionais e pode ser identificado em línguas como espanhol e italiano, que são línguas *pro drop* e permitem *pro* na posição de sujeito.

O Princípio de Montalbetti determina que um pronome lexical não pode estar localmente ligado por uma variável, se um pronome nulo for possível na mesma posição.

Podemos exemplificá-lo com as sentenças em espanhol, por meio das seguintes estruturas em LF:

- (26) a. *[Todo chico]_i t_i dijo que María piensa que él_i es inteligente.
b. [Todo chico]_i t_i dijo que María piensa que *pro*_i es inteligente.
'Todo menino disse que Maria pensa que ele/ *cv* é inteligente.'
- (27) a. [Todo chico]_i t_i dijo que *pro*_i piensa que él_i es inteligente.
b. [Todo chico]_i t_i dijo que *pro*_i piensa que *pro*_i es inteligente.

Em (26a) o pronome *el* está localmente ligado pela variável t_i . A agramaticalidade desta sentença se deve pelo princípio apontado acima, devido à presença de um pronome nulo ser possível nesta mesma posição, como verificado na sentença (26b). Já em (27a), o pronome *el* não

está localmente ligado pela variável t_i ; Está localmente ligado por *pro* da oração intermediária, que por sua vez está localmente ligado pela variável. Desta forma, a descrição estrutural do Princípio de Montalbetti não é satisfeita na oração subordinada, o que não interfere no uso do pronome lexical, mesmo que um pronome nulo seja possível nesta posição, como visualizado em (26b).

Vejamos os dados de PB em estruturas de DPs contendo *nome relacional* nas sentenças em (28) que apresentam o mesmo contexto da restrição acima tratada.

- (28) a. [Nenhum menino;_i] t_i xinga a *sua*_i mãe
b. [Nenhum menino;_i] t_i xinga a mãe cv_i

Ao levar em consideração o Princípio de Montalbetti a aceitabilidade de (28a) mostra um resultado contrário ao esperado. Isto porque segundo este princípio, a sentença (28a) deveria ser inaceitável se pudéssemos ter um *pro* na mesma posição que o pronome lexical ocupa. Podemos notar que isso de fato não ocorre. Além disso, vale observar que o exemplo (28a) já estaria contradizendo a hipótese de Negrão e Müller (1996) no sentido de que a categoria vazia funcionaria como uma variável ligada. As considerações em relação ao dado apresentado pelo exemplo (28) serão melhores discutidas no capítulo (3).

1.6 Conclusão

Verificamos que a língua estaria utilizando um novo elemento que permite a recuperação do referente na relação de posse entre o *nome relacional* e o sujeito da sentença, como ilustrado

em (28a) uma vez que considero que a *cv* que aparece junto ao *nome* relacional tem características diferentes de *pro*, devido ao não licenciamento do pronome nulo pelo enfraquecimento da concordância do PB.

Isto nos traz indícios de que a hipótese de movimento para posição temática deve ser considerada viável em PB em contextos de *nome relacional*.

Considere os exemplos em (29).

- (29) a. Carla_i beijou a tia *cv*_i
b. Carla_i beijou a tia *pro*_i
c. Carla_i beijou a tia **dela**_i

Como já vimos anteriormente, poderíamos pensar que a posição de *cv* em (29a) estivesse ocupada por um *pro*, como em (29b). Isto porque este elemento revela, na sentença, a mesma interpretação de um pronome e possui uma relação de alternância com os pronomes possessivos realizados lexicalmente. Esta alternância ocorre dado que nesta mesma posição pode ser realizado um pronome, como em (29c).

Se levarmos em conta a análise de Cerqueira (1993) e a mudança no paradigma verbal apresentado por Duarte (1996), notamos que o PB está sofrendo um processo de enfraquecimento em sua morfologia. E como a legitimação de *pro* só é possível em línguas que, em geral, possuem uma morfologia verbal rica capaz de identificar os traços formais do referente do pronome nulo, é plausível, então, se pensar que *pro* não esteja sendo licenciado em construções como (29a).

Portanto, se o pronome nulo não está sendo realizado nesta posição, cabe a este trabalho investigar as características deste elemento foneticamente não realizado. Para isso são necessários outros conceitos teóricos que apresentarei no capítulo que se segue.

Capítulo 2

Movimento para posição temática

2.1 Arcabouço teórico

A análise desta dissertação está baseada nas concepções teóricas do modelo de Princípios e Parâmetros (Chomsky 1981, 1986) na sua versão mais atual conhecida como Programa Minimalista (Chomsky 1995).

Dessa forma, para o sistema lingüístico as sentenças são entendidas como um par de representações, sendo elas PF (Forma Fonética) e LF (Forma Lógica), e que cada uma deve ser interpretada numa interface, na interface Articulatório-Perceptual (A-P) e na interface Conceitual-Intencional (C-I), respectivamente.

Os passos necessários para a formação de uma derivação convergente estão elencados a seguir: primeiramente, o sistema computacional toma alguns itens lexicais de uma numeração (N) previamente selecionada e os arranja em marcadores frasais através das operações Conectar e Mover, entendendo-se Mover não como uma operação não primitiva do sistema, mas um conjunto de operações, no sentido de Nunes (1995, 2001).

A computação trabalha com os itens lexicais da numeração para formar uma estrutura sintática legível em forma fonética (PF) e em forma lógica (LF). Para que a derivação seja convergente, deve satisfazer o requerimento de Interpretação Plena. Este requerimento exige que em cada nível de interface todos os elementos sejam interpretados; de outra forma, a derivação fracassa.

O capítulo que ora se apresenta tem como objetivo oferecer um panorama geral dos conteúdos teóricos requeridos para realização desta dissertação e fazer uma breve exposição dos dados trabalhados para minha hipótese

2.2 A natureza das relações temáticas

Nesta seção considerarei o licenciamento do movimento para uma posição temática, antes considerado inaceitável devido aos requerimentos da Estrutura-D (cf. Chomsky 1993). E segundo a hipótese de pesquisa que defenderei, este tipo de movimento terá aplicação nos meus dados, como veremos mais a diante.

Dessa maneira, uma questão de grande relevância para este trabalho tem a ver com a natureza das relações temáticas e seu papel dentro de uma derivação executada pelo sistema computacional. Na Teoria da Regência e Ligação (Chomsky 1981, 1986, Chomsky e Lasnik 1993), a pressuposição de que a Estrutura-D era um nível em que cada posição temática era saturada por um argumento forçava a distinção entre *pro* e PRO, por um lado, e vestígios, por outro. Dados os requerimentos da Estrutura-D, as transformações não poderiam relacionar posições temáticas via movimento, uma vez que estas já deveriam estar preenchidas por inserção lexical.

Chomsky (1995) procurou capturar os efeitos da restrição ao movimento para posição temática, assumindo que papéis temáticos não seriam traços formais e que o movimento para posições temáticas estaria violando a Condição de Último Recurso (*Last Resort*), de acordo com a qual movimento é licenciado por checagem de traços.

No entanto, vários estudos demonstram ser possível o movimento para posição temática e evidenciam não haver impedimentos na lógica minimalista que imponham uma separação entre os traços formais e os papéis temáticos, revelando a capacidade de traços temáticos licenciarem movimento (cf. Boskovic (1994), Lasnik (1995), Nunes (1995, 2001, a sair), Boskovic e Takahashi (1998), Hornstein (1999, 2001a, 2001b), Hornstein e Nunes (2002), Ferreira (2000) e Rodrigues (2000)). Assim, ao se assumir que papéis temáticos são traços formais, formaliza-se uma nova análise que licencia o movimento de um elemento para uma posição temática.

2.2.1 Movimento para posição temática

Hornstein (1999, 2001a), em uma abordagem minimalista, contrasta sentenças de alçamento e de controle com o intuito de verificar quais as diferenças entre estas estruturas. Como mostra a sentença em (1).

- (1) a. John seems to like Mary
b. John tried to like Mary

Na sentença (1a), *John* apresenta apenas uma função temática, este DP pode ser entendido como o “gostador” de *Mary*. Neste caso, *John* recebe um único papel temático que é atribuído ao argumento externo do verbo *like*. Já na sentença (1b) *John* possui dois papéis temáticos, seria o “gostador” de *Mary* e também aquele que tenta. Essa possibilidade de *John* ter dois papéis temáticos se deve à capacidade deste DP de se relacionar a duas posições temáticas. A primeira posição seria a de argumento externo do predicado da oração matriz e segunda seria a posição de argumento externo do predicado da oração subordinada.

De acordo com a teoria gerativa tradicional, apresentada pelas análises de GB, assume-se que as operações subjacentes à estrutura de alçamento são bastante diferenciadas das estruturas geradas por controle, pois as estruturas de controle relacionam um DP foneticamente nulo ao seu antecedente através de regras de *construal*, enquanto as estruturas de alçamento são derivadas de regras de movimento, como representado abaixo em (2) e (3).

(2) $John_1$ seems [t_1 to like Mary]

(3) $Mary_1$ tried [PRO₁ to Kiss John]

Como podemos notar, as estruturas de controle são muito parecidas com as estruturas de alçamento, diferindo em apenas um ponto: em construções de alçamento, o movimento ocorre da oração subordinada para a oração principal em posição não temática, como visualizado em (2), enquanto que em estruturas de controle há uma relação entre as duas posições temáticas, como visualizado em (3).

De acordo com o autor, a diferença entre as duas possibilidades de operações nas sentenças (2) e (3) se deve aos requerimentos da Estrutura D, dado que “a base teórica de GB

para distinguir as duas construções se deve ao contraste entre vestígios e PROs, PROs encabeçam cadeias, vestígios não. E é a Estrutura-D que implementa esta diferença. Na verdade, a distinção clássica entre alçamento e controle se segue da afirmação de que existe Estrutura-D” (Hornstein 2001a:02) (tradução minha). Por exemplo, a representação em (4b) não seria licenciada em Estrutura-D, pois a posição a ser ocupada pelo elemento movido para oração matriz deveria ter sido preenchida em Estrutura-D, não sendo permitido o movimento do sujeito da subordinada para esta posição.

- (4) a. John_i tried [PRO_i to like Mary]
b. John_i tried [t_i to like Mary]

Como podemos notar no exemplo em (4), ambas construções estão lidando com sujeitos de orações não finitas. O que estaria diferenciando as construções seria a utilização do pronome nulo.

Considerando isso, Hornstein (2000) notou que o problema com o tratamento de PRO estava na maneira estipulativa como foi estabelecida a Teoria de Caso Nulo. Esta é uma teoria um tanto quanto deselegante porque permite que um elemento, PRO, tenha um tratamento especial de duas formas: 1) PRO é o único item lexical capaz de checar o Caso Nulo e 2) PRO é o único item lexical que possuía as propriedades de Caso especificadas gramaticalmente.

Com relação à ambigüidade nas estruturas em (4), decorrente da necessidade de estabelecer as noções temáticas em Estrutura-D, Hornstein (2000) propõe que o Programa Minimalista abandone definitivamente os resíduos de Estrutura-D como um nível de

representação. O autor faz este requerimento com base em Chomsky (1993) que afirma não haver lugar numa teoria ótima da gramática para níveis de representação internos.

Neste sentido, ao desconsiderar a Estrutura-D, uma otimização do sistema lingüístico é permitida quando analisamos as construções de controle obrigatório formadas apenas através das operações *Copy* e *Merge*, pois estas operações já são primitivos teóricos, ferramentas do próprio sistema computacional lingüístico.

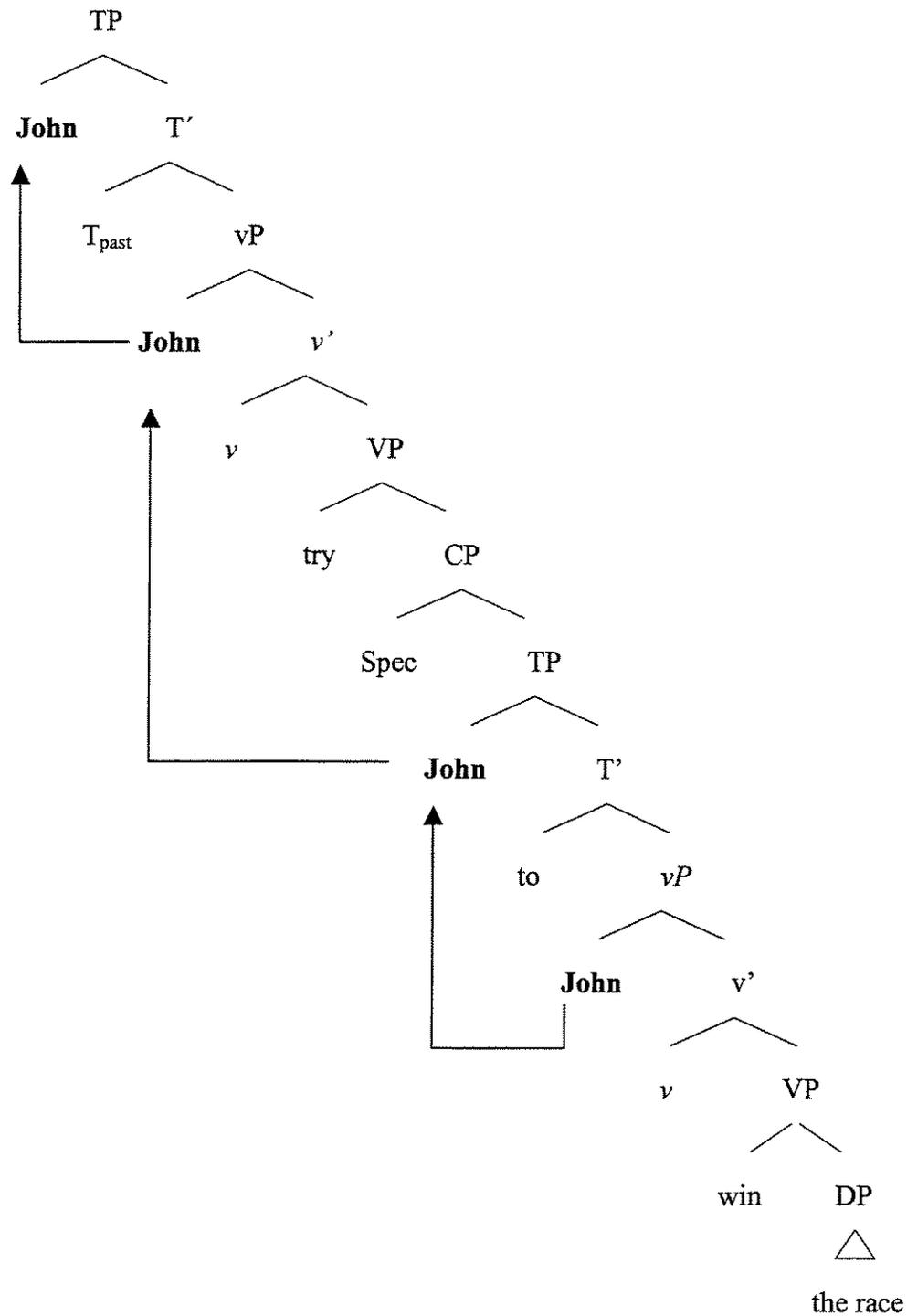
Com o intuito de simplificar o modelo e permitir o movimento para posição temática, Hornstein (1999, 2001a, 2001b) assume os seguintes pressupostos.

- i) Papéis temáticos são traços formais.
- ii) Não há um número limite de papéis temáticos que um DP pode ter.
- iii) Movimento deve ser ganancioso no sentido de que deve lucrar em algo para que seja realizado, “Greedy”.

Os requerimentos apresentados acima se mostraram essenciais para uma investigação da configuração de movimento para posição temática. Assim, a análise do autor permite que o nível interno de Estrutura-D seja eliminado do sistema computacional.

Como resultado, ao apresentar e contrastar uma série de características pertinentes a estruturas de alçamento e de controle, Hornstein (2001a) pôde demonstrar que construções com controle obrigatório são na verdade formadas por um movimento aberto que relaciona duas posições temáticas a um só argumento, como se verifica em (5).

(5) John_i tried to win the race.



A estrutura apresentada pela árvore acima ilustra o movimento do DP *John* da posição de sujeito da oração subordinada para o sujeito da matriz. *John* se move da posição de argumento

externo do verbo *win*, local em que recebe um papel temático (o de “ganhador”), para a posição de especificador do núcleo funcional T e neste local *John* checa os traços ϕ do IP. Uma vez que nesta posição um DP não pode ter seu traço de Caso checado, o DP *John* é alçado, isto é, é copiado e concatenado ao especificador do *vP* do verbo *try*. Neste ponto da derivação *John* checa os traços temáticos do verbo da oração matriz, assumindo seu segundo papel temático, (o de “tentador”). Como último passo, *John* é alçado novamente para posição de especificador de TP da oração matriz, onde checa seus traços- ϕ e Caso nominativo.

Como vimos na derivação acima, Hornstein demonstra que na verdade as estruturas de controle obrigatório correspondem a uma estrutura de movimento para uma posição temática. Com o intuito de concluir o raciocínio concernente ao fenômeno da teoria de controle vale lembrar que há outro tipo de pronome nulo que mencionarei brevemente a seguir.

2.2.2 PRO controlado vs. PRO arbitrário

Devemos lembrar que de acordo com a teoria de controle os dois tipos de PROs não são interpretados da mesma forma. Existe um contraste entre PRO em configurações de controle obrigatório (PRO controlado) e PRO em estruturas sem controle (PRO arbitrário), sendo que PRO controlado possui propriedades equivalentes a um elemento reflexivo enquanto que PRO arbitrário tem o comportamento de um pronome.

Devemos ressaltar que estes tipos de pronomes nulos não ocorrem ao mesmo tempo numa dada sentença, isto é, um PRO não pode ser controlado e arbitrário ao mesmo tempo. Ora, de acordo com este comportamento, podemos imaginar que estes são elementos distintos, utilizados em contextos específicos.

De acordo com Hornstein (2001a), PROs arbitrários são equivalentes a *pro*, pois não são sujeitos às condições de localidade característica dos vestígios de movimento-A. Dessa maneira, vemos que PRO controlado e PRO arbitrário estão em distribuição complementar, isto é, encontramos PRO arbitrário onde movimento não pode ser aplicado, como em contexto de ilhas, e esperamos não encontrar PRO arbitrário onde movimento é possível.

Portanto, ao desconsiderar a estipulação de que a posição de sujeito nulo de orações infinitivas é marcada por Caso Nulo, Hornstein (1999, 2000) possibilitou a realização da operação de movimento-A de sujeitos, a partir de estruturas de controle e pôde diferenciar as estruturas em que se aplicam PRO controlado e PRO arbitrário. Com isso, o autor eliminou os últimos resquícios da Estrutura-D no modelo e permitiu o movimento para posição temática.

2.2.3 Movimento para posição temática em dados do PB

Explorando a teoria de Hornstein (1999), Ferreira (2000) e Rodrigues (2001) propõem que as instâncias de sujeito nulo referencial, encontradas em PB, não correspondem a um pronome nulo, nem a uma categoria vazia vinculada a um operador nulo, mas a um vestígio resultante de uma operação de alçamento a partir da posição de especificador de T finito para uma posição temática da oração mais alta.

Para entender a hipótese de movimento para uma posição temática é preciso fazer menção à motivação e ao processo de checagem de traços, fundamentados pelo Programa Minimalista no modelo proposto por Chomsky (1998, 1999).

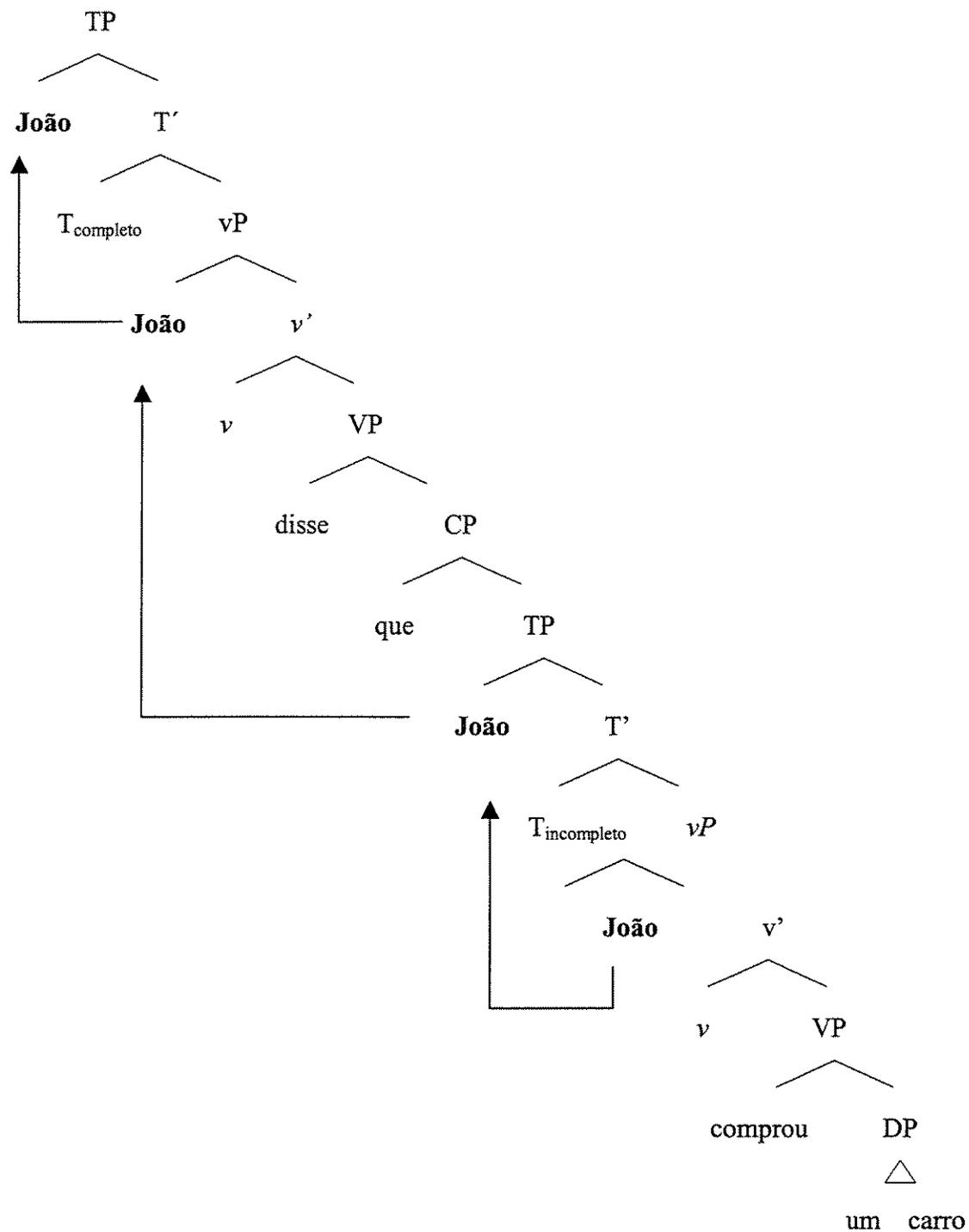
De acordo com este modelo; (i) a concordância entre sujeito e verbo envolve um processo de checagem do conjunto de traços- ϕ (interpretáveis) do sujeito e o conjunto de traços- ϕ (não

interpretáveis) do núcleo T; (ii) somente um conjunto completo de traços- ϕ é capaz de eliminar o traço de Caso de um DP, tornando-o inativo para o sistema computacional no que se refere a movimento-A; e (iii) T finito e T não-finito de estruturas de alçamento assemelham-se pelo fato de ambos possuírem um traço EPP, responsável pelo movimento aberto do sujeito até o Spec de T, mas diferem pelo fato de T finito possuir um conjunto completo de traços- ϕ e T não-finito de estruturas de alçamento possuir um conjunto incompleto de traços- ϕ .

Ferreira (2000) propõe que T finito em PB perdeu a capacidade de licenciar *pro* e que seus traços- ϕ podem opcionalmente ser realizados como um conjunto incompleto. Assim, T finito passou a poder se comportar como um T não-finito de estruturas de alçamento, capaz de atrair um DP até seu especificador, mas incapaz de torná-lo inativo. Com isso, o DP é atraído até o Spec de T finito e posteriormente pode se mover para checar Caso numa posição mais alta.

Vejamos a derivação que Ferreira (2000) propõem para (6a), representada em (6b).

(6) a. João disse que comprou um carro.



Em (6) *João* se move da posição de argumento externo do verbo da oração subordinada, onde recebe um papel- θ , para a posição de especificador do núcleo funcional T a fim de checar seus

traços ϕ . Porém, somente um conjunto completo de traços ϕ do núcleo T é capaz de eliminar o traço de Caso de *João*. Assumindo que o núcleo T da oração subordinada possui apenas um conjunto incompleto de traços ϕ , *João* se move novamente para checar Caso. Assim, *João* se move para a posição de argumento externo do verbo *disse* onde recebe um segundo papel- θ ; e em seguida, *João* se move para o especificador do núcleo T, que possui um conjunto completo de traços- ϕ . Neste momento, *João* checa os traços de Caso, tornando-o inativo para movimentos posteriores.

Já Rodrigues (2000:12) analisa o fenômeno do sujeito nulo em PB com base no trabalho de Kato (1999, 2000). Kato assume não haver *pro* e que o que analisamos como *pro* nas línguas de sujeito nulo com uma morfologia verbal rica é na verdade o próprio morfema verbal de concordância (Agr). Ao considerar a perda da morfologia verbal e a perda de sujeitos nulos no PB, Rodrigues (2000:13) levanta a hipótese de que Agr em PB se tornou defectivo com relação aos traços ϕ e aos traços de Caso, sendo analisado, portanto, como parte do verbo e perdendo sua independência. Rodrigues também pressupõe que PB ainda tem um traço D (ou algo que satisfaça o traço EPP de T) e assim como Ferreira (2000), a análise de Rodrigues também deriva a configuração de (6a) via movimento, utilizando outras implementações técnicas.

Como discutido nesta seção, verificamos que movimento para uma posição temática tem sua aplicação. Mais especificamente, as pesquisas de Ferreira (2000) e Rodrigues (2000) ao estudarem o sujeito nulo referencial do português brasileiro, demonstraram ser possível o movimento do DP para uma posição temática.

2.3 Hipótese de pesquisa

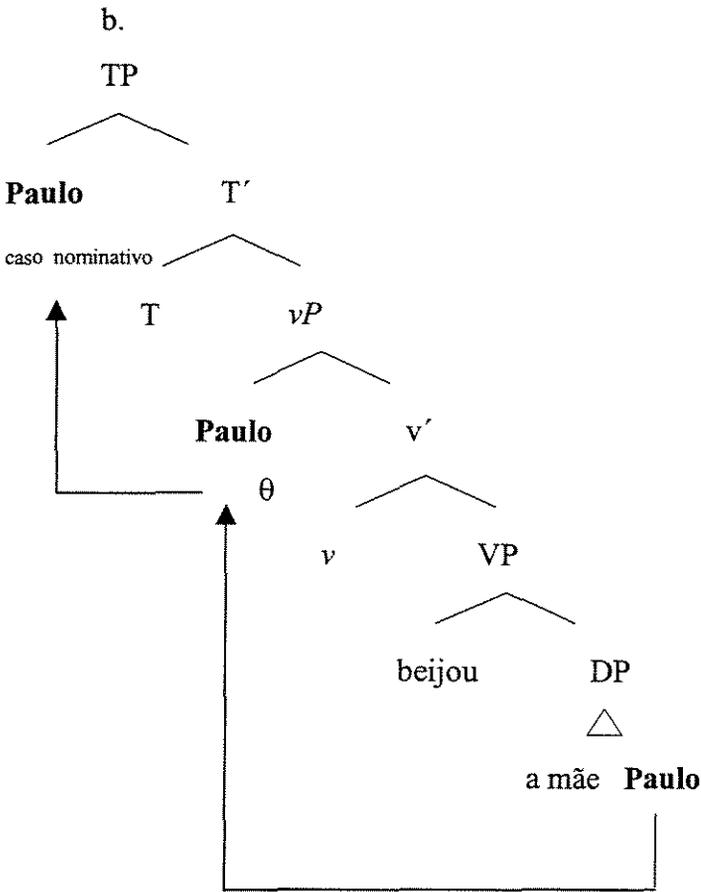
Uma vez que não há uma pesquisa sistemática dos possessivos nulos em PB, pretendo nesta dissertação analisar esta *categoria vazia*, levantando a hipótese de que este elemento se comporta como um vestígio resultante de movimento para uma posição temática.

Procurarei me basear no estudo de Ferreira (2000) e Rodrigues (2000) sobre sujeito nulo referencial no PB, visto que os autores também utilizam, em suas análises, a noção de que *pro* em PB não estaria mais sendo licenciado e que nos dados de PB é legitimado o movimento de um DP para uma posição temática. Explorarei, portanto, a hipótese de que em contexto de *nome relacional* estamos lidando com um vestígio de movimento para uma posição temática e assim como Hornstein (1999, 2001a, 2001b), Ferreira (2000) e Rodrigues (2000), procuro implementar a análise de que o movimento para posição temática é legítimo e se aplica também nos dados de PB.

Utilizando como base os estudos supracitados, defendo assim a hipótese de que o elemento presente na posição de categoria vazia em (7a), por exemplo, é um vestígio, isto é, uma cópia apagada,¹² resultante do movimento de um DP para uma posição temática mais alta na árvore sintática, como ilustrado em (7b).

¹² Estarei assumindo neste trabalho a teoria de movimento por cópia, cf. Chomsky 1993 e Nunes 1995, 1999.

(7) a. Paulo_p beijou a mãe *cv* / *t_p*.

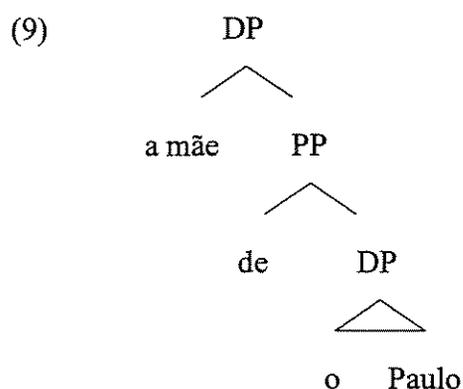


O elemento *Paulo* é retirado da numeração e concatenado com o DP *a mãe*. Neste ponto *Paulo* recebe um papel θ atribuído por *mãe*. Em seguida, temos a concatenação do verbo *beijar* com a estrutura do DP. Logo após, *Paulo* é copiado e concatenado a *vP*, movendo-se do interior deste DP para a posição de especificador do verbo *beijar* com a finalidade de checar traços temáticos atribuídos pelo verbo. Neste ponto, *Paulo* recebe seu segundo papel temático, e posteriormente, é copiado e concatenado ao núcleo funcional T que é retirado da numeração neste momento. Este passo na derivação é necessário, pois *Paulo* possui um conjunto completo de traços ϕ necessários para a checagem dos traços ϕ de T, permitindo que este DP tenha seu traço de Caso eliminado, recebendo Caso nominativo.

Atentemos para o fato de que em outros contextos há a possibilidade da utilização de uma preposição junto ao DP com *nome relacional*, como na sentença (8). Neste caso, vemos que o elemento possessivo relacionado à *mãe* não sofre nenhum tipo de movimento para uma posição mais alta na estrutura sintática.

(8) A Maria abraçou a mãe **do** Pedro.

Com a finalidade de demonstrar a estrutura utilizada na construção acima, consideremos a numeração de uma dada sentença com os seguintes itens: {abraçou, a, mãe, de, o, Pedro, itens funcionais variados}. A derivação de que estamos tratando vai utilizar todos estes itens da numeração. Primeiramente, a derivação retira os elementos *o* e *Pedro* e os concatena junto à preposição *de*. Em seguida, este PP é concatenado ao *nome relacional mãe*, tendo os traços de Caso do DP checados neste ponto da derivação.



Assim, ao utilizarmos a preposição *de* junto ao DP com *nome relacional* numa sentença como (10), notaremos que a derivação não convergirá.

(10) * abraçou a mãe do Pedro

Uma vez que a preposição *de* está na numeração, ao concatenarmos o DP *Paulo* com a preposição *de*, este DP terá seus traços de Caso checados nesta posição e não poderá se mover para checar EPP. Esse processo de checagem acaba impedindo que o DP *Paulo* possa realizar outros movimentos futuros, fazendo com que *Paulo* permaneça junto à preposição.

Portanto, somente nos casos em que a numeração não tiver a preposição, será possível que o DP seja alçado para uma posição temática mais alta na estrutura. Nos casos em que houver a preposição, o movimento fica proibido dado que não haverá motivação, pois o traço de Caso já terá sido checado, impedindo qualquer movimento posterior a este ponto.

Uma vez apresentada a proposta de aplicação de um movimento para uma posição temática em PB, juntamente com os indícios de que este tipo de movimento está ocorrendo em estruturas de posse com *nome relacional*, faz-se necessário dar evidências empíricas com relação à hipótese deste trabalho. Para tanto, no capítulo seguinte apresentarei algumas restrições que operam em construções de movimento com o intuito de demonstrar a aplicação da minha hipótese de movimento em dados de PB.

Capítulo 3

Estudo da categoria vazia em DPs: restrições para o licenciamento de movimento do DP

3.1 Introdução

Embasada nos resultados de Ferreira (2000) e Rodrigues (2000), busquei empregar algumas restrições aplicadas a movimento em sentenças com a estrutura de DP contendo *nome relacional*. Estas restrições se aplicam basicamente a processos de movimento, demonstrando, por exemplo, se o elemento em questão está subordinado às imposições de Elo Mínimo, comando, etc. Portanto, este capítulo visa demonstrar a aplicação das restrições de movimento, em sentenças relativas à minha análise. Com este propósito, apresento, em seguida, os resultados da minha pesquisa, com respeito ao contexto de DP com *nome relacional* em estruturas sem ilhas.

3.1.2 Noção de c-comando

A noção de c-comando local apresenta um contexto em que a localidade do referente desempenha um papel crucial.

Vejam algumas sentenças abaixo relativas a este contexto.

- (1) [A vizinha do João]_k _w brigou com a mãe *cv* _{w/*k}
- (2) [O aluno do João]_k _w mentiu para a irmã *cv* _{w/*k}

Vale notar que em (1) e (2) *João* não pode ser o antecedente porque este elemento não c-comanda a categoria vazia. O antecedente que de fato c-comanda a *cv*, tido como referente do *nome* relacional é todo o DP *A vizinha do João* em (1) e *aluno do João* em (2).

Desse modo, a generalização de que o elemento analisado deve ser c-comandado localmente pelo seu antecedente se aplicou em nossos dados, como visualizado acima. Isto se deve à característica da categoria vazia estudada ser, na verdade, um vestígio resultante da aplicação de movimento.

3.1.3 Localidade do referente

Línguas que permitem sujeito nulo como o italiano, por exemplo, quando os sujeitos nulos ocorrem em orações subordinadas, é apresentada uma ambigüidade, podendo ser co-referentes de um DP numa posição mais alta ou de um elemento presente no discurso.

Vejam os exemplos em italiano (Rodrigues (2000:06)).

(3) Gianni₁ mi ha raccontato che Paolo₂ ha detto che $e_{1/2}$ aveva venduto la macchina.

‘Gianni told me that Paolo said that he had sold the car’

Em sentenças como (3) em que o elemento nulo aparece em orações subordinadas, por exemplo, temos uma ambigüidade em sua referência, pois tanto *Gianni* quanto *Paolo* podem ser interpretados como o antecedente do sujeito nulo em italiano. Isto ocorre devido à característica do elemento pronominal, *pro*, capaz de retomar os referentes que o antecedem. Com este exemplo, notamos então que em italiano o sujeito nulo se comporta como um *pro*, revelando as características de uma língua *pro-drop*. No entanto, um fenômeno como este não ocorre em PB, como afirmam Rodrigues (2000) e Ferreira (2000).

Se aplicarmos o mesmo contexto da língua italiana em PB em estruturas de sujeito nulo, temos como condição necessária para legitimação desse sujeito a necessidade do elemento estar localizado em uma oração subordinada. Porém, como apresentado por Rodrigues (2000:06), esta condição se mostra insuficiente para a explicação da inaceitabilidade da sentença (4) abaixo.

(4) O Paulo₁ me contou que o João₂ disse que $cv_{*1/2}$ vai mudar para São Paulo.

Nesta sentença, *Paulo* não pode ser o antecedente porque o movimento para a posição de sujeito da oração matriz cruza o DP *João* localizado na oração intermediária. Assim, de acordo com Rodrigues (2000), a inaceitabilidade da sentença (4), retomando o referente Paulo, provém da aplicação da Condição de Menor Elo. Sendo que esta condição assume que um elemento movido não pode cruzar outro elemento capaz de checar os mesmos traços, fazendo com que o

elemento nulo retome o antecedente mais próximo, neste caso *João*. Isto nos leva à generalização de que o sujeito nulo referencial em PB deve estar c-comandado localmente por um antecedente na oração imediatamente mais alta.

Como vemos em (4), notamos a aplicação deste fenômeno em dados de sujeito nulo não referencial. Desse modo tomei como base a análise de Ferreira (2000) e Rodrigues (2000) relativa à aplicação da Condição de Elo Mínimo com o intuito de formalizar estruturas que se aplicam aos contextos de DP com *nome relacional* com uma categoria vazia, considerando a localidade do referente dessa categoria vazia.

Vejamos as sentenças (5) e (6) que revelam restrições de localidade em dados de *nome relacional*.

(5) O rapaz_i disse que o João_w convidou o amigo $cv_w / *_i / *_k$

(6) O João_i pensa que a Maria_w falou com o irmão $cv_w / *_i / *_k$

Em (5) e (6) verificamos que a *cv* deve ser licenciada por um elemento local, isto é, obrigatoriamente deve ter como referente o sujeito da oração subordinada e não o sujeito da oração matriz, além de não poder tomar como referente um elemento do discurso. Por exemplo, na sentença (6), o elemento capaz de retomar a *cv* só pode ser *Maria* e não *João*.

Como apresentado, o exemplo (4), de Rodrigues (2000), com sujeito nulo referencial, demonstra que o PB possui um comportamento diferente de uma língua *pro-drop*, se compararmos com o exemplo (3) em italiano, porque nesta língua o elemento nulo em posição de sujeito permite ambigüidade em relação ao referente, o que não ocorre em PB, (como verificamos em (4)).

Já os exemplos (5) e (6), com uma *cv* em contexto de *nome relacional* em PB, revelam que, assim como o contexto de sujeito nulo em (4), as restrições de localidade são respeitadas, pois a Condição de Elo Mínimo se aplica nas sentenças. Portanto, a diferença de resultados relativa à possibilidade de retomar somente o antecedente mais próximo sugere que em PB, a *cv* em contexto de DP com *nome relacional* não seja um pronome nulo, mas seja o resultado do movimento de um DP.

A anomalia de (7) abaixo traz evidências para esta análise.

(7) O João_i disse que a Maria_w vai casar com o pai *cv_w*¹³

Ao nos depararmos com a sentença (7), em um primeiro momento, enfrentamos a dificuldade de recuperar o antecedente da categoria vazia. Isto porque, ao fazermos a leitura, temos a interpretação de que *Maria* vai se casar com o próprio pai, o que parece estranho pragmaticamente. Este resultado revela que a sintaxe nos direciona a tomar como referente da categoria vazia o elemento mais próximo, sendo este *Maria*. Contudo, este fato nos leva a um referente pragmaticamente não adequado, pois *Maria* não poderia casar-se com seu próprio pai.

Vejamos no exemplo em (8) que o mesmo fenômeno não acontece quando trocamos o *nome relacional*.

¹³ Agradeço a Telmo Mória (comunicação pessoal) pela indicação deste fato e pelo julgamento do português europeu. Segundo Moia, o julgamento para o PE é que é possível interpretarmos tanto *João* quanto *Maria* como sendo os possíveis referentes da categoria vazia. Se considerarmos que em PE a legitimação do *pro* é possível, diferentemente do que ocorre em PB, teremos com este julgamento mais um argumento a favor da minha hipótese de vestígio de movimento, pois notamos que em PE esta *cv* tem um comportamento diferente de PB, pois se comporta como um pronome nulo e não como um vestígio.

(8) O Rui_i disse que a Maria_w vai casar com o primo *cv*_w

Como vimos, ao fazermos essa mudança temos a leitura de que *Maria* vai se casar com o primo dela, sendo esta uma interpretação pragmaticamente aceitável. O contraste entre (7) e (8) corrobora a hipótese de que a *cv* sempre toma como antecedente o elemento mais próximo, no caso, *Maria*.

Dessa forma, para obtermos a interpretação de que *Maria* vai se casar com o *pai de João* em (7) é necessária a inserção do pronome *dele*, conforme exemplo abaixo.

(9) O João_i disse que a Maria_w vai casar com o pai *dele*_i

Este dado mostra que a sentença respeita a leitura pragmaticamente mais aceitável, pois o pronome *dele* é capaz de tomar como referente o DP mais distante, o elemento presente na posição de sujeito da oração matriz.

Assim, de acordo com este fenômeno apresentado por (7) notamos que a sintaxe aponta para a aplicação de Elo Mínimo, portanto, este resultado nos indica que de imediato a sentença foi submetida às restrições sintáticas, demonstrando haver um respeito pelas operações de movimento em estruturas como essas. Com isso, posso confirmar mais uma vez minha hipótese de que o elemento presente na posição da *cv* demonstra um comportamento de vestígio de movimento e não de pronome em PB.

3.1.4 Antecedente cindido

Uma outra restrição à operação de movimento é a de **antecedente cindido**. Esta restrição se segue do fato de dois argumentos não poderem receber um papel temático na mesma posição sintática.

Atente para o exemplo (10) retirado de Ferreira (2000:20).

(10) * O João_i disse [que a Maria_w acha [que cv_{i+w} são bonitos].

A sentença (10) é inaceitável se considerarmos que não é possível o sujeito nulo da sentença (10)¹⁴ ter um antecedente cindido, pois para que haja essa interpretação é necessário que os DPs *João e Maria* recebam o mesmo papel temático na oração subordinada e depois se movam da mesma posição para duas posições diferentes.

Considerando a configuração estrutural de antecedente cindido, procurei aplicar esta restrição em sentenças com *nome relacional*, como apresentado a seguir.

- (11) a. O João_i acha que a Bia_w gosta do amigo ($t_w / *t_{w+i}$)
b. O João_i acha que a Bia_w gosta do amigo *deles*

Em (11) ocorreu o mesmo que em (10) de Ferreira, em que a inserção do primeiro argumento checa o traço temático do *nome relacional* e ao inserir o segundo argumento a Condição de

¹⁴ Para que as sentenças fossem consideradas aceitáveis seria necessária a presença do pronome *eles* na posição de sujeito da oração subordinada, assim como a sentença a seguir.

Último Recurso é violada, causando a impossibilidade de termos antecedente cindido neste contexto.

Se compararmos a sentença com a *cv* em (11a), com a sentença que possui o pronome *deles* em (11b), verificamos que somente com o pronome lexical é possível realizarmos uma leitura com o antecedente cindido (*João + Bia*), pois esta é uma característica típica de pronomes.

Assim, os exemplos no contexto desta restrição nos revelam que a *cv* não pode ser um elemento pronominal, mas um vestígio de movimento, pois quando temos uma *cv*, não é viabilizada a leitura de antecedente cindido de *João e Bia*, como em (11a).

3.1.5 Princípio *Evite Pronome*

Nas línguas *pro-drop*, a alternância entre sujeito nulo e sujeito lexical não ocorre livremente, ou seja, existem contextos em que o uso de uma das formas demonstra haver uma diferença interpretativa em relação à outra. Um destes princípios ficou conhecido como **Evite Pronome** (*Avoid Pronoun*) (Chomsky, 1981), apresentado a seguir.

(12) Princípio Evite Pronome (*Avoid Pronoun*)

Sempre que a alternância pronome nulo/ pronome lexical for possível, deve-se utilizar o pronome nulo para se realizar uma leitura neutra.

De acordo com este princípio, devemos notar uma variação na aceitabilidade das sentenças se houver esta alternância na utilização dos pronomes.

(i) O João disse que a Maria acha que *cv* são perfeitos um para o outro.

No entanto, para se estabelecer a alternância entre pronome nulo/ pronome lexical primeiramente é necessário fazermos a distinção entre a classe dos pronomes fortes e fracos (cf. Cardinaletti e Starke, 1994 e Kato, 1999) e para tanto me baseio em Ferreira (2000).

Os autores, acima referidos, afirmam que orações com sujeito pronominal fraco e orações com um sujeito pronominal forte não se equivalem estruturalmente, porque estes pronomes não ocupam as mesmas posições na estrutura. Assim, alternância entre os tipos de pronomes é o fator responsável pela determinação das diferentes projeções estruturais, o que colocaria em cheque a alternância do Princípio Evite Pronome (cf. Kato1999).

No entanto, Ferreira (2000: 22) afirma que diferentemente de outras línguas *pro-drop*, PB permite “instâncias de sujeito nulo com a mesma interpretação dos pronomes lexicais correspondentes, sugerindo que ambos ocupem a mesma posição estrutural”.

Este princípio foi utilizado por Ferreira (2000) e Rodrigues (2000) como uma forma de testar os dados que evidenciavam um argumento nulo na posição de sujeito.

Considere os seguintes exemplos em (13).

- (13) a. O João_i disse que ele_i comprou um carro novo
b. O João_i disse que *cv*_i comprou um carro novo

Em línguas de sujeito nulo como o italiano e o espanhol, por exemplo, o uso do pronome lexical em sentenças como (13a) implicaria ênfase ou contraste e o uso de *pro* em sentenças como (13b) carregaria uma leitura neutra. No entanto, notamos que em PB ambas as leituras são neutras, nenhuma delas indica ênfase.

Poderíamos pensar que derivações com a ocorrência de movimento sejam mais econômicas do que as com utilização de pronomes como no caso de (13). Dessa maneira, seria sempre esperado que estruturas como em (13a) com pronome não fosse utilizada. No entanto, como vemos, ambas estruturas são licenciadas, isto porque estas sentenças não são passíveis de comparação dado que possuem numerações diferentes.

Podemos dizer que em PB a perda da concordância morfológica verbal influencia na aplicação do princípio Evite Pronome. Como discutido acima, em línguas *pro-drop*, a utilização de um pronome lexical na sua forma aberta é inibida devido ao licenciamento do pronome nulo, pois nestas línguas o *pro* é capaz de ser recuperado pela concordância da língua. Contudo, uma língua que tem um enfraquecimento na concordância (AGR), como PB, apresenta um crescimento no número de licenciamento dos pronomes lexicais na sua forma aberta, fazendo com que o sistema gramatical da língua escolha as formas realizadas foneticamente para a recuperação do referente na sentença, tornando-se insensível ao princípio Evite Pronome (cf. Kato 1999).

Como vimos, as sentenças com a estrutura de sujeito nulo em (13) e com sujeito preenchido são perfeitas e não apresentam preferência para a realização de nenhuma das formas. Assim, o fator relevante que determina esse resultado é outro que não o princípio Evite Pronome.

Apresento agora as sentenças (14) e (15) em dados de *nome relacional*.

- (14) a. Maria_i falou com uma tia *cv*_i
b. Maria_i falou com uma tia dela_i

- (15) a. João_i convidou um amigo *cv*_i

b. João_i convidou um amigo dele_i

O fato de as duas sentenças, (14a) e (15a), possuírem também uma leitura neutra, novamente reforça os indícios de que em contextos de *nome relacional*, estamos tratando de um vestígio de movimento para posição temática e não de um *pro*. Dessa forma, se considerarmos que a cv é na verdade um vestígio de movimento e não um *pro*, o princípio *Evite Pronome* não terá descrição estrutural necessária à sua satisfação, aplicando-se vacuamente.

3.1.6 Assimetria de interpretação

Os exemplos de Ferreira (2000:24) que envolvem uma assimetria entre sujeito nulo/ sujeito lexical em PB podem ser visualizados a seguir.

(16) a. O João_i acha que ele_i vai ganhar a corrida e a Maria também.

b. O João_i acha que cv_i vai ganhar a corrida e a Maria também.

Vemos que a sentença (16a) é ambígua, pois pode ter a leitura estrita e imprecisa, mas já (16b) admite somente a leitura imprecisa. Ferreira (2000:45) explica essa assimetria ao demonstrar em sua análise que (16b) é derivada por movimento, isto é, o sujeito nulo da oração coordenada é um vestígio sendo que seu antecedente é o sujeito da oração matriz. Dessa forma, a sentença (16b) deve ter a seguinte leitura:

(17) O João acha que ele/ João vai ganhar a corrida e Maria acha que ela/ Maria vai ganhar a corrida (leitura imprecisa).

Baseada na restrição utilizada por Ferreira (2000), relacionada a sentenças com assimetrias de interpretação entre a utilização de um argumento nulo e um argumento lexical, apresento estruturas equivalentes às trabalhadas pelo autor, tendo em mente a configuração de *nome relacional*. Vejamos as configurações com elipse em (18).

- (18) a. Paulo_i encontrou a mãe *dele*_i e a Ana_w também
b. Paulo_i encontrou a mãe t_i e a Ana_w também

Note que a sentença (18a) é ambígua, admitindo a leitura estrita (*strict reading*) parafraseada em (19a) e a leitura imprecisa (*sloppy reading*), parafraseada em (19b). No entanto, a sentença em (18b) somente evidencia a leitura imprecisa (apresentada em (19b) e não permite ambigüidade de interpretação).

- (19) a. Paulo_i encontrou a mãe **dele**_i e a Ana_w também encontrou a mãe **dele**_i
b. Paulo_i encontrou a mãe **dele**_i e a Ana_w também encontrou a mãe **dela**_w

Assim como Ferreira (2000), explicamos essa assimetria de interpretação se entendermos que a sentença (18b) é derivada por movimento em que a *cv* localizada no DP relacional da oração coordenada é uma cópia apagada do DP *Paulo* que foi movido para a oração matriz.

Dado que leitura imprecisa é característica de movimento, temos mais argumentos para afirmar que o elemento localizado na posição de *cv* é de fato um vestígio de movimento.

3.1.7 Leitura com *Só DP* (foco)

Outra restrição interpretativa que demonstra a assimetria de significado pode ser realizada em contextos de foco, apresentado aqui pelas estruturas abaixo de Ferreira (2000:46).

- (20) a. Só o João acha que ele vai ganhar a corrida
b. Só o João acha que *cv* vai ganhar a corrida

Para a sentença (20a) a interpretação que temos é que a única pessoa que acredita na vitória do João é o próprio João. Já para a sentença em (20b) a única pessoa que acredita na própria vitória é o João.

Ou seja, verificamos que esta assimetria de significado ocorre com a realização de um pronome lexical, alternando-se com o uso de uma categoria vazia no mesmo local do elemento pronominal. Com relação aos dados de *nome relacional*, atentemos para o exemplo em (21).

- (21) a. Só o João_i acredita na mãe dele_i
b. Só o João_i acredita na mãe *cv*_i

Estes exemplos nos revelam a interpretação de que em (21a) *João* é a única pessoa que acredita na mãe dele/ João, ninguém mais acredita na mãe de João. Já em (21b) temos a

interpretação de que *João* seria a única pessoa que acredita na sua própria mãe, as outras pessoas não acreditam nas suas respectivas mães.

A assimetria de significado entre o argumento nulo e o pronome lexical revelada acima, pode ser explicada em (21b) onde está presente a categoria vazia, devido a uma relação gerada por movimento entre o DP que se localiza junto ao *nome relacional* com o DP que se encontra na oração matriz.

Baseado em Ferreira (2000), ao investigar este contexto de foco, utilizo a notação *Lambda* para explicar os dados em questão. Para tanto, assumo que as dependências criadas por movimento podem gerar predicados na forma de $\lambda x. x \dots x$. em LF, fazendo com que a sentença (21) possa ser representada como em (22).

- (22) a. $[\lambda x. x \text{ acredita na mãe de João}]$
b. $[\lambda x. x \text{ acredita na mãe de } x]$

A leitura da sentença em (22a), relativa a (21a) se caracteriza pela realização do DP *João*. Entretanto, a sentença (21b), devido à não realização de um DP específico, pode ser interpretada de acordo com a leitura variante, fator característico de movimento.

De acordo com estes resultados, este contexto revela que a alternância de significados foi gerada pela capacidade dos DPs se relacionarem por meio de movimento e revelarem uma interpretação de leitura imprecisa. Estes fatores demonstraram que a hipótese de movimento para uma posição temática foi corroborada também em dados deste tipo.

3.1.8 Leitura *de se*

Outro contexto revelador da capacidade de movimento do DP para posição temática em nome relacional será apresentado aqui pela leitura *de se*. Considerando que esta leitura é realizada somente quando o sujeito tem a consciência de sua própria identidade.

Rodrigues (2000:10) ao investigar o sujeito nulo no PB, trabalha a interpretação *de se* apresentando um contexto em que Reagan não poderia se lembrar de quem era. Por exemplo, suponhamos que ele leia uma manchete no jornal que diga “Reagan foi um dos melhores presidentes dos EUA”. Assumindo que Reagan de fato não se lembra de que foi presidente, a sentença (23) seria falsa nas circunstâncias reais porque exige uma interpretação *de se* da pessoa em questão, neste caso, Reagan.

(23) O Reagan está convencido de que *e* foi um dos melhores presidentes dos EUA.

A possibilidade de interpretação de uma leitura não *de se*, de acordo com o contexto acima, está parafraseada em (24).

(24) O Reagan está convencido de que *ele* foi um dos melhores presidentes dos EUA.

Isto demonstra que diferente do sujeito nulo em (23), o uso do pronome em PB não requer uma interpretação *de se* obrigatória.



Com base nos exemplos de Rodrigues (2000), utilizo a leitura *de se* como forma de expor as características da categoria vazia presente na oração subordinada com dados de *nome relacional*. Atente para a circunstância hipotética apresentada abaixo.

Imagine uma situação em que a ex-governadora do Maranhão, Roseane Sarney, não se lembre de quem ela é ou já foi um dia. E tendo contato constante com seu pai, José Sarney, não tenha consciência de quem ele representa para ela, e passe a alimentar um sentimento de admiração por este homem com respeito a suas habilidades políticas, por exemplo. As sentenças (25a) e (26a) não são apropriadas para o contexto em que Roseane não possui a consciência de que é filha de José Sarney. Para que a sentença tenha uma interpretação verdadeira é necessário que o sujeito tenha a consciência de si mesmo. Esta obrigatoriedade na interpretação *de se* ocorre devido à característica desta leitura ser gerada por movimento.

- (25) a. Roseane_w passou a admirar o pai *cv_w* (Só com leitura *de se*)
b. Roseane_w passou a admirar o pai *dela_w*

- (26) a. Roseane_w começou a gostar do pai *cv_w* (Só com leitura *de se*)
b. Roseane_w começou a gostar do pai *dela_w*

No que concerne às sentenças (26a) e (26b) em que o pronome lexical *se* encontra realizado, a leitura da sentença, pode ou não, revelar a interpretação de leitura *de se*. A opção relativa a esta possibilidade de interpretação *de se* deve à característica dos pronomes, uma vez que não requerem uma leitura *de se* obrigatória.

De acordo com Hornstein (2001a:13), a análise relativa à leitura *de se* em contexto de controle deve ser entendida como o resultado de um movimento via múltiplas posições temáticas, o que possibilita a formação de uma cadeia com múltiplos papéis temáticos.

Semanticamente, este fenômeno revela um predicado como apresentado em (27).

(27) DP [λx (Px, x)]

Only Churchill remembers PRO giving the BST speech

Only Churchill λx (x remember x giving the BST speech)

Assim, o movimento via múltiplas posições temáticas permite a formação de predicados complexos como em (27) acima e dado que predicados deste tipo permitem leitura *de se*, assumo que a categoria vazia presente no DP com *nome relacional* é um resíduo de movimento que requer uma interpretação obrigatória apenas com a leitura *de se*.

3.2. Princípio de Montalbetti

No capítulo 1 discutimos o princípio de Montalbetti que trata das instâncias de pronomes nulos e pronomes lexicais em contextos de SN quantificacionais em línguas *pro drop*. Retomo aqui as sentenças que possuem o mesmo contexto da restrição do Princípio de Montalbetti, lembrando que estas revelaram um resultado inesperado de acordo com o Princípio. Confira os exemplos abaixo em (28)

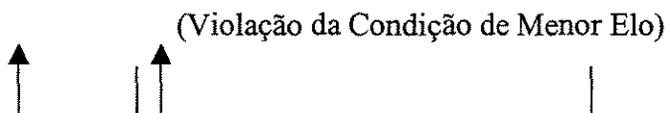
(28) a. [Nenhum menino_i] t_i xinga a mãe *dele*_i.

b. [Nenhum menino;_i] t_i xinga a mãe cv_i.

Pelo fato da sentença (28a) ser aceitável em PB, isso nos dá um resultado aparente de violação do princípio de Montalbetti, pois este princípio afirma que uma sentença com pronome lexical é inaceitável se pudermos ter um *pro* na mesma posição. No entanto, só podemos assegurar a violação do princípio, se for possível inserir um *pro* na mesma posição que alterna com o pronome lexical. A violação do princípio de Montalbetti, no entanto, torna-se apenas aparente se assumirmos que a *cv* nestes casos não tem as características de um elemento pronominal, (*pro*), mas sim as características de um vestígio resultante de movimento.

Atente para os exemplos com nome relacional abaixo em (29). A utilização do Princípio de Montalbetti foi baseada nos testes de Ferreira (2001:42) a respeito deste princípio. Estas sentenças foram formadas buscando respeitar a mesma configuração estrutural em que a *Restrição do Pronome Lexical* se aplica em espanhol.

- (29) a. [Todo menino_i] t_i acha que a **Maria** disse que a sua_i mãe é boa.
b. *[Todo menino_i] t_i acha que **Maria** disse que a mãe cv_i é boa.



Veja que o contraste que notamos nas sentenças em (29) também não é uma violação do Princípio de Montalbetti. A inaceitabilidade de (29b) se deve na verdade à Condição de Menor Elo (Chomsky 1995:298), pois se assumirmos que estamos lidando com um vestígio resultante de movimento, o DP *Maria* estaria se interpondo entre a posição inicial do movimento de *todo*

menino e sua posição final, o que viola uma condição relativa a movimento e não relativa a pronomes, como ocorre com o princípio de Montalbetti. Portanto, na sentença analisada houve uma violação da Condição de Menor Elo, que exige que um elemento movido não pode cruzar outro elemento capaz de checar os mesmos traços.

Vimos que o princípio de Montalbetti determina que não é possível a ligação de um pronome e uma variável se for possível um pronome nulo na mesma posição do pronome lexical. E ao retratarmos a estrutura deste princípio em PB notamos que os resultados indicam que a categoria vazia localizada na oração subordinada não é um pronome nulo.

Sendo assim, notamos que a proposta de Negrão e Müller (1996) de estarmos tratando de um *pro* na posição de sujeito, funcionando como uma variável ligada, não tem domínio nestes contextos. Consideremos os exemplos de Ferreira (2000:43), que refutam a proposta das autoras.

- (30) a. [A mãe de [nenhum menino]_i] acreditou que ele _i tinha sido reprovado.
b. *[A mãe de [nenhum menino]_i] acreditou que *cv* _i tinha sido reprovado.

Neste momento, apresento os exemplos com a estrutura com possessivos:

- (31) a. A chefe de [nenhum funcionário]_i gosta que a mãe *dele* seja xingada
b. *A chefe de [nenhum funcionário]_i gosta que a mãe *cv*_i seja xingada

A inaceitabilidade das sentenças acima pode ser explicada se considerarmos que a categoria vazia não tem o mesmo comportamento do pronome lexical nestas estruturas e que ela necessita estar c-comandada pelo seu antecedente, uma vez que é o vestígio do movimento.

Assim, se os resultados indicam que há um respeito quanto às operações de movimento por parte do DP nulo, podemos analisar a *cv* em contexto de *nome relacional* nesta configuração que respeita o Princípio de Montalbetti como sendo um vestígio de movimento.

3.3 Aplicação da Operação Movimento Lateral (*Sideward Movement*)

Com base na proposta de Hornstein e Nunes (2002), utilizando Movimento Lateral (Nunes 1995, 2001), procuro testar minha hipótese de movimento para posição temática em DPs com *nome relacional* também em construções coordenadas. Para tanto, atente para o exemplo em (32).

(32) O João_i telefonou para o irmão *cv*_i e para uma prima *cv*_i

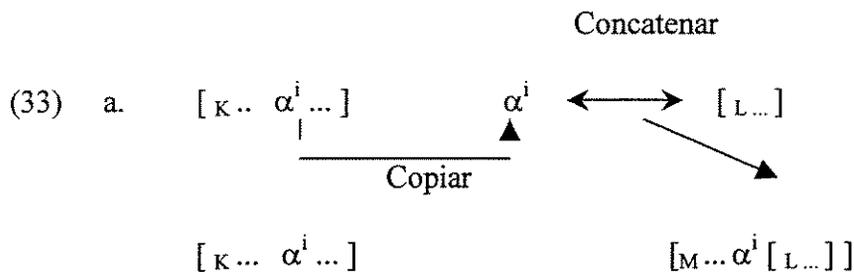
Nesta sentença, verificamos que um mesmo elemento foi extraído de mais de uma posição, assim como ocorre com construções *Across-the-Board*, tendo apenas como diferencial que nas estruturas investigadas por Hornstein e Nunes (2002) o movimento é para uma posição A' e nos exemplos com *nome relacional* o movimento é para uma posição A.

Com o propósito de esclarecermos os passos de uma derivação simplificada desta sentença, primeiramente devemos considerar a discussão que se segue.

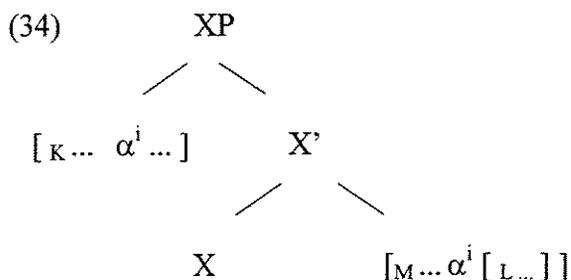
Considerando a hipótese de haver um movimento para posição temática nos dados de *nome relacional*, podemos explicar a derivação da sentença acima em (32) se considerarmos a Teoria de Movimento por Cópias de Nunes (1995, 2001), que utiliza a operação de *Movimento*

Lateral (Sideward Movement). Segundo Nunes (1995) Mover não é um primitivo teórico do modelo, mas somente uma interação de algumas operações independentes, como Copiar, Conectar (*Merge*), Formar Cadeias e Reduzir cadeias (apagam-se as cópias no componente fonológico, pois por questões de Linearização o sistema impede que uma cadeia possua mais de um elo foneticamente realizado; a determinação de quais elos devem ser apagados está relacionada a questões de economia no que concerne à eliminação de traços formais no componente fonológico).

Ao utilizarmos *Movimento Lateral* o sistema computacional copia um constituinte α de um objeto sintático K e concatena α com um outro objeto sintático L, que foi formado para concatenar com K.



Conforme a estrutura representada em (34), nenhuma cadeia pode ser formada entre as duas cópias, pois os elos de uma cadeia devem estar em uma relação de c-comando. Após este passo, outras operações formarão o objeto sintático XP que contém as duas cópias.



Ao se assumir que em construções que envolvem a extração de um elemento de mais de uma posição, como em estruturas de *Lacuna Parasita (LP)* e *Across-The-Board construction (ATB)* devem ser derivadas via *Movimento Lateral* (cf. Nunes 1995, 2001 e 2001a), Hornstein e Nunes (2002) elaboraram uma análise, sob uma perspectiva minimalista, em que se propuseram a explicar as diferenças derivacionais destas estruturas. Como exemplificação das operações sintáticas, considerarei aqui a derivação de uma construção *Across-the-board (ATB)* que envolve a extração de um elemento de mais de uma posição. Para tanto, utilizarei a operação *Movimento Lateral*.

Vamos assumir que essa construção ATB apresentada por Hornstein e Nunes (2002:09) comece com a seguinte numeração em (35b).

- (35) a. Which book did you read and Mary recommended?
 b. N = {which₁, book₁, did₁, Q₁, you₁, read₁, and₁, Mary₁, T₁, recommended₁}

Dado que a construção de coordenação encabeça sua própria projeção, o sistema computacional seleciona os itens lexicais de N e forma os dois objetos em (36).

- (36) a. K = [_{andP} and [Mary did recommend [which book]]]
 b. L = read

Para que a derivação convirja, *which book* deve ser copiado da sub-árvore K e concatenado com o verbo *read*. Como o elemento *did* já foi utilizado na numeração para construir

O sistema computacional seleciona os seguintes itens lexicais de N em (40) para a formação dos dois objetos sintáticos.

(40) $N = \{ o_2, João_1, telefonou_1, para_2, irmão_1, e_1, uma_1, prima_1 \}$

Num primeiro momento, forma-se o PP com o *nome relacional*, como em K. Em seguida *João* é copiado de K e conectado ao PP em L. Após isso, o sistema computacional forma o objeto sintático em (M).

(41) $K = [_{PP} \text{ para } [_{DP} \text{ uma } [prima] \text{ João }]]$

$L = [_{PP} \text{ para } [_{DP} \text{ o } [irmão] \text{ João }]]$

$M = [_{PP} \text{ para } [_{DP} \text{ o } [irmão] \text{ João }]]$ e $[_{PP} \text{ para } [_{DP} \text{ uma } [prima] \text{ João }]]$

Neste ponto, o verbo *telefonar* é retirado da numeração e concatenado com M. E, mais uma vez, ocorre o movimento lateral de *João* ao ser copiado de M e concatenado com o verbo em N abaixo.

$N = [_{VP} \text{ telefonar } [_{PP} \text{ para } [_{DP} \text{ o } [irmão] \text{ João }]]$ e $[_{PP} \text{ para } [_{DP} \text{ uma } [prima] \text{ João }]]$

$O = [_{CP} [_{IP} \text{ João } [_{VP} \text{ telefonar } [_{PP} \text{ para } [_{DP} \text{ o } [irmão] \text{ João }]]$ e $[_{PP} \text{ para } [_{DP} \text{ uma } [prima] \text{ João }]]]]$

Como último passo desta derivação, aplica-se o apagamento das cópias mais baixas que formam uma cadeia. Como resultado, temos a estrutura apresentada em (42).

(42) João telefonou [PP para [DP o [irmão] João]] e [PP para [DP uma [prima] João]]

A seqüência de dois movimentos de *João* nesta estrutura somente é possível devido à aplicação da operação de Movimento Lateral, como resultado da interação entre as operações Copiar, Concatenar e Apagar. A gramaticalidade desta sentença decorre da exigência de que os elementos movidos sejam, na verdade, a cópia do DP sujeito.

De acordo com Hornstein e Nunes (2002), a operação Copiar pode ser licenciada por *Last Resort* (Condição de Último Recurso) ou pelo Requerimento de Paralelismo.

Se Movimento Lateral for licenciado por *Last Resort*, será permitida uma relação de checagem envolvendo traços formais ou o de papéis temáticos, se Movimento Lateral for licenciado pelo Requerimento de Paralelismo, este exige que a estrutura do segundo termo coordenado seja semelhante a do primeiro termo para que a cópia de um elemento seja feita dentro do primeiro termo coordenado ¹⁶.

Podemos afirmar que a operação de movimento do DP *João*, na sentença em (43), que se segue abaixo, é motivada para realizar a checagem do papel temático externo do verbo *telefonar* e também para que o Caso Nominativo do sujeito seja checado contra os Casos Nominativos de I. Assim, o elemento *João* é extraído de uma configuração de coordenação de duas estruturas semelhantes por meio da operação de Movimento Lateral devido à operação de *Last Resort* (checagem de traços).

¹⁶ Algo salientado no trabalho dos autores é o fato de que as construções coordenadas em geral impõem algum tipo de restrição de paralelismo.

- (43) O João_i telefonou para o irmão *cv_i* e para a irmã *cv_i*

Nessa construção de coordenação, o DP *João* é copiado do DP com *nome relacional irmã* e concatenado com o DP com *nome relacional irmão* por meio da operação de Movimento Lateral. O que permite ao DP checar alguns traços desse núcleo, mas seus traços de Caso ainda não foram checados nessa posição, licenciando o Movimento Lateral do DP *João* para o outro DP com *nome relacional irmão*. Ao realizar este movimento, o DP checa o traço temático, mas ainda assim não tem seus traços de Caso checados. Portanto, a possibilidade de checagem de um traço forte nesta posição permite que o elemento (*João*) seja movido por *Last Resort* para a posição de sujeito da sentença onde finalmente pode checar seus traços de Caso.

3.3.1 Movimento Lateral em dados de *nome relacional*

No que se refere ao contexto de ilhas contendo *nomes relacionais*, apresentarei nesta dissertação duas possibilidades com relação ao tipo de estrutura que reflete a aceitabilidade das sentenças.

O primeiro contexto a ser discutido é o de ilha de adjunto apresentado pelas sentenças a seguir.

- (44) O João_k se emocionou [depois de uma palestra do pai *cv_k*]
(45) A Maria_w pegou o brinquedo [depois da irmã *cv_w*]

Segundo Chomsky (1986) com relação à noção de barreira, em uma configuração de impedimento de ilha não é possível a extração de um elemento de seu interior para a oração matriz via um processo de movimento. De acordo com esta noção de barreira, não seria lícito que uma categoria vazia resultante de movimento fosse realizada dentro de uma ilha adjunta. Contudo, se assumirmos a proposta de Movimento Lateral de Nunes, é possível realizarmos um movimento capaz de cruzar uma ilha forte, a ilha de adjunto.

Vejamos a derivação da sentença (45) que corresponde à aplicação de Movimento Lateral em contexto com *nome relacional*.

Como primeiro passo da derivação, a oração subordinada é construída concatenando *irmã* com *Maria*, depois forma o DP [*a irmã Maria*] e o PP [*da irmã Maria*]. Em seguida se concatena *depois* com o PP [*da irmã Maria*], formando a sub-árvore P.

(46) P = [depois [da irmã Maria]

O processo de derivação continua e a oração matriz passa a ser construída. Concatena-se o DP *o brinquedo* com o verbo *pegou*, formando a estrutura com duas sub-árvores ainda não concatenadas.

(47) [pegou o brinquedo] [depois da irmã Maria]

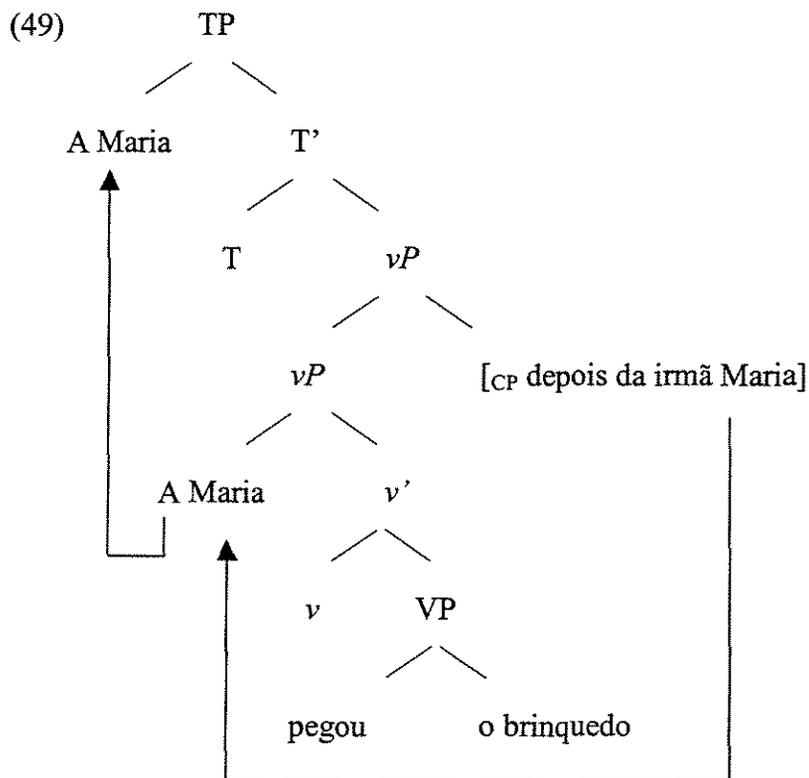
Neste momento, quase todos os elementos presentes na numeração foram selecionados, contudo, a posição de argumento externo do verbo *pegar* ainda não foi preenchida. É crucial notar que a operação de Movimento Lateral ocorre antes das sub-árvores se concatenarem

formando uma configuração de adjunto. Dessa forma, o elemento copiado é movido de uma posição que ainda não se tornou uma ilha, o que não impõe nenhuma restrição de movimento neste ponto da derivação. O elemento capaz de preencher a posição do argumento externo do verbo é o DP *Maria*. Então *Maria* é copiada da sub-árvore subordinada e é concatenada na posição de Spec de *vP*.

(48) [*Maria* [*pegou o brinquedo*] [*depois da irmã Maria*]

Após isso, as duas sub-árvores são concatenadas e o DP *Maria* deve se mover mais uma última vez para checar Caso no Spec de TP, finalizando esta derivação.

Atente para a representação da sentença (45) realizada pela árvore a seguir em (49).

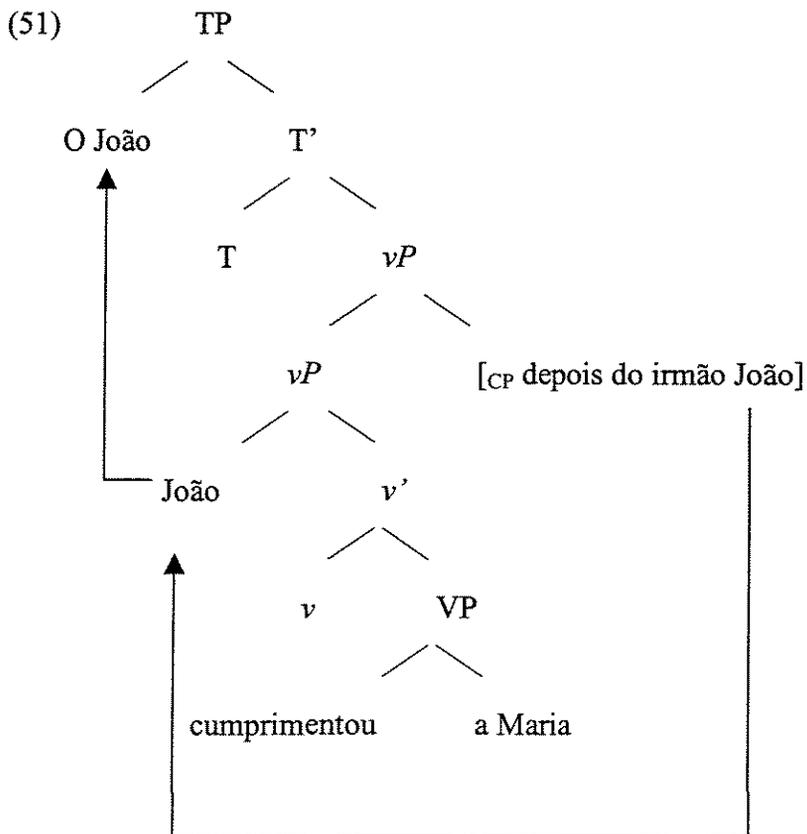


Em (49) houve o Movimento Lateral do DP *Maria* da sub-árvore *depois da irmã* para a posição de argumento externo do verbo *pegar*. Após isso, *Maria* se moveu para uma posição em que c-comanda suas cópias mais baixas. Desse modo, são formadas duas cadeias encabeçadas pelo mesmo elemento, *Maria* e a operação Reduzir Cadeias se aplica nas duas cadeias a fim de que a estrutura seja linearizada, eliminando as cópias localizadas na cauda destas duas cadeias (cf Nunes 1995, 2000, 2003).

Considere ainda o exemplo em (50), em que encontramos uma configuração com a *cv* localizada dentro do DP com *nome relacional* semelhante a apresentada acima.

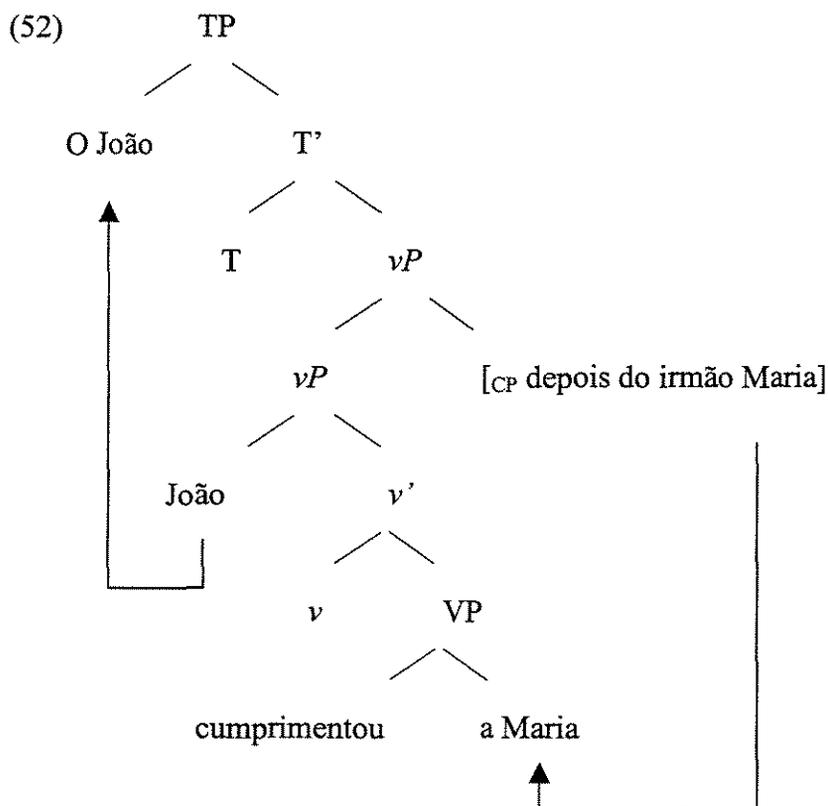
(50) O João cumprimentou a Maria depois do irmão *cv*

Esta sentença possui a interpretação de que *irmão* só pode ser do *João*, não podendo ser o *irmão* de *Maria*. A configuração da sentença pode ser visualizada abaixo em (51).



Como vimos em (51) acima, a operação de Movimento Lateral é aplicada na configuração desta estrutura, permitindo que a interpretação adequada seja realizada. Desse modo, o DP *João* é copiado da sub-árvore *depois do irmão* e concatenado na posição de argumento externo do verbo *cumprimentou*.

Notemos em (52) uma configuração da sentença (50) em que a interpretação com relação ao *nome relacional irmão* tenha como referente *Maria* e não *João*. Ao visualizarmos a estrutura abaixo encontramos uma explicação para a impossibilidade de *Maria* ser a *cv* via Movimento Lateral a partir da configuração abaixo.



Como vemos na estrutura em (52), não é possível que a *cv* seja a cópia apagada de *Maria* via Movimento Lateral. Isto ocorre devido às restrições impostas pela operação Reduzir Cadeias,

pois como vimos em (52), não obtemos a mesma configuração apresentada por (49). Em (49) a estrutura é linearizada e a cópia do elemento é movida para uma posição de c-comando em que o mesmo elemento encabeça as duas cadeias das suas cópias mais baixas. Já como notamos em (52), o elemento copiado é movido para uma posição em que não é possível formar uma cadeia em que a cópia mais alta c-comande a mais baixa.

Com estes resultados foi possível mais uma vez reafirmarmos a natureza da *cv* em estudo, assegurando a hipótese de que estamos tratando de uma cópia apagada de um DP movido para uma posição temática.

3.4 Contextos com ilhas – ilha relativa

O último contexto que devemos abordar diz respeito a configurações em que o sistema bloqueia a aplicação do fenômeno de movimento. Temos como exemplo, contextos em que o elemento posicionado na oração subordinada não pode se mover para a posição de sujeito da oração matriz devido a uma barreira (Chomsky, 1986).

Atente para a sentença em (53), em uma configuração de ilha relativa.

(53) a. A Ana_w conheceu o rapaz_k que_k a prima *cv*_w namora t_k

Uma vez que a hipótese que assumimos é de haver movimento, era de se esperar uma inaceitabilidade de interpretação em contexto de ilha relativa, dado que nestas configurações não é permitida a extração de um elemento dentro de uma ilha forte. No entanto, isto não foi verificado na sentença acima, pois esta é perfeitamente aceitável em PB.

De acordo com este resultado, minha análise para este fato terá seu desenvolvimento no próximo capítulo. Para isso, me basearei na proposta de Aoun, Choueiri e Hornstein (2001) de que pronomes resumptivos são licenciados na posição da *cv* devido ao impedimento de realização de um movimento por se tratar de contextos de ilha.

3. 5 Conclusão

Conforme evidenciado no decorrer das restrições apresentadas neste capítulo, conclui-se que as configurações de DP com *nome relacional* em PB são licenciadas pelo movimento de um DP para uma posição temática. E se as restrições de uma *cv* em DPs com *nomes relacionais* são consequência de restrições impostas pelo sistema computacional às operações de movimento, então deveríamos esperar que essa *cv* não ocorra quando existirem barreira. No entanto, são necessárias outras considerações teóricas que expliquem a boa formação de sentenças em contextos de ilhas, a serem discutidas no próximo capítulo.

Capítulo 4

Estudo da categoria vazia em contexto de ilhas

4.1 Introdução

Como vimos nos contextos apresentados no capítulo anterior, a hipótese de movimento para posição temática em dados de *nome relacional* se aplica, demonstrando que a categoria vazia analisada é de fato um vestígio. No entanto, os contextos que impõem bloqueio ao movimento, como o de ilha relativa, por exemplo, parecem influenciar nos resultados ao revelar sentenças aceitáveis em um contexto em que se esperaria o contrário segundo a minha hipótese. Dessa maneira, foi tomada como base de estudo neste capítulo, a investigação de construções em árabe libanês que permite uma análise satisfatória dos dados de PB.

4.2 Análise de Aoun, Choueri e Hornstein (2001) sobre árabe libanês

O artigo de Aoun et al (2001) investiga a interação entre um pronome resumptivo e a operação de movimento. Para compreendermos melhor esta interação faz-se necessário

mencionar aqui quais são os pronomes relacionados ao contexto que os autores revelados do árabe libanês.

Primeiramente, devemos considerar que em árabe libanês há dois tipos de pronomes, que podem ser caracterizados como pronomes fortes e pronomes fracos. Os pronomes fortes e epítetos ocorrem como morfemas independentes e os pronomes fracos¹⁷ são afixados aos núcleos (V, N e P). Os pronomes fortes sempre podem ser utilizados como um resumptivo ao ser relacionado a um antecedente não quantificacional, conforme verificamos em (1).

(1)

construção com ilha de adjunto

a. *ha-l-muttahame* tfeəzaʔto lamma / laʔanno ʔəʔfto ʔənnno *hiyye* *nhabasit*
this-the suspect,_{SF} surprised._{2P} when/because know._{2P} that she imprisoned._{3SF}
'This suspect, you were surprised when/because you know that she was imprisoned'.

construção sem ilha

b. *ha-l-muttahame* ʔəʔfto ʔənnno *hiyye* *nhabast*
this-the suspect,_{SF} know._{2P} that she imprisoned._{3SF}
'This suspect, you know that she was imprisoned'.

¹⁷ Aoun et al (2001) utilizam as noções de *fraco* e *clítico* como um todo para se referir aos pronomes clíticos, abstraindo a distinção entre pronomes clíticos e fracos apresentada por Cardinaletti e Starke (1994).

Como podemos verificar pelos exemplos acima o pronome forte *hiyye* em (1a) e (1b) permite retomar o seu antecedente não quantificacional *this suspect* sem causar nenhuma inaceitabilidade nas sentenças. Contudo, quando um antecedente for um elemento quantificacional, somente pode anteceder um pronome forte ou epíteto se entre estes elementos houver uma ilha, conforme notamos em (2).

(2)

Construção com ilha

a. *kəll muttahame saʔalto ʔəza ha-l-mazduube nhabasit*
 each suspect.SF asked.2P whether this-the-idiot.SF imprisoned.3SF
 ‘Each suspect, you asked whether this idiot was imprisoned’.

Construção sem ilha

b. * *kəll muttahame ʔrəfto ʔənnno ha-l-mazduube nhabasit*
 each suspect.SF know.2P that this-the-idiot.SF imprisoned.3SF
 ‘Each suspect you know that this idiot was imprisoned.’

Para iniciarmos esta discussão, consideremos o contexto em que há um QP como em (2) acima e o contexto em que não há um sintagma quantificacional como em (1).

No que diz respeito à aceitabilidade de uma estrutura com resumptivos antecidos por um QP em árabe libanês, podemos notar que a ambigüidade na aceitabilidade das sentenças em

(2) se deve a presença ou não de uma ilha. Verificamos que (2a) é aceitável por se tratar de uma estrutura com uma ilha que impede que o pronome forte ou epíteto esteja ligado ao seu elemento quantificacional. Já a estrutura (2b) que revela a ligação do pronome resumptivo ao seu antecedente é inaceitável.

Esse contraste está representado nas estruturas em (3).

- (3) a. *QP₁ ... [DP pronome forte/ epíteto]₁
b. QP₁ ... [ilha ... [DP pronome forte/ epíteto]₁]

Para compreendermos este fenômeno, apresentamos a análise de Aoun, Choueiri e Hornstein (2001:372) a este respeito, elencando os itens propostos pelo autores em (4).

- (4) a. As construções do árabe libanês permitem a distinção entre dois tipos de pronomes resumptivos: Os pronomes resumptivos verdadeiros ocorrem em um contexto em que um pronome ou um epíteto se relacione a um antecedente A' via um processo de *binding*. Já os pronomes resumptivos aparentes ocorrem em um contexto em que um pronome ou resumptivo se relacione a um antecedente A' via movimento.
- b. Resumptivos devem ser gerados por movimento quando não são separados de seu antecedente por uma ilha.
- c. Quando o movimento não é possível, um pronome resumptivo pode ser relacionado ao seu antecedente via *binding*.

d. Pronomes fortes e epítetos que ocorrem como resumptivos em construções geradas por movimento são interpretados como modificadores apositivos.

Aoun et al (2001) afirmam que a combinação de (4a) e (4b) requer que a estrutura sem ilha de (3a) seja representada como (5), em que o sintagma quantificacional é uma cópia gerada por movimento¹⁸.

(5) Resumptivos aparentes – relacionados ao antecedente por movimento.

$QP_i \dots [DP [QP_i \text{ pronomes fortes/ epítetos}]]^{19}$.

Como podemos notar, esta estrutura possui uma configuração com um elemento pronominal, denominado resumptivo aparente. Vejamos que nesta configuração não há ilha, o que possibilitaria a utilização de movimento como ocorre com a estrutura apresentada em (2b) (detalhes irrelevantes omitidos).

Considerando o fato de que em contexto de ilha forte, operações de movimento são proibidas, podemos afirmar que a estrutura ilustrada em (3b) não foi gerada por movimento. Dessa maneira, a explicação para este fato se dá se considerarmos (4c) de Aoun et al que afirma

¹⁸ Os detalhes irrelevantes para a análise que procuro apresentar são omitidos por hora no que se trata da aceitabilidade da estrutura (3a). Isto para que possamos compreender a possibilidade de resultados apresentados pelas estruturas com pronomes resumptivos em sintagmas quantificacionais e sintagmas não quantificacionais, como em (1) e (2).

¹⁹ Nesta estrutura, o DP pronome ou epíteto está em uma posição de adjunção e a instância mais baixa do QP é uma cópia do elemento movido.

que em contexto de ilha o pronome resumptivo pode ser relacionado ao seu antecedente via *binding*.

A representação desta configuração está ilustrada em (6)

(6) Resumptivos verdadeiros - relacionados ao antecedente por *binding*.

QP_i ... [ilha [DP pronomes fortes/ epítetos]

Voltando agora à sentença em (2a). Somente pronomes resumptivos fortes e epítetos são capazes de retomar um antecedente quantificacional (o que seria o caso de (2a), uma vez que lida com pronomes desse tipo). A explicação para este fato pode ser dada se considerarmos o item (4d) de Aoun et al que permite derivarmos este resultado. Reapresento o item abaixo em (7).

(7) Pronomes fortes e epítetos que ocorrem como resumptivos em construções geradas por movimento são interpretados como modificadores apositivos.

Considerando (7), o DP que consiste no pronome forte ou epíteto, adjungido ao sintagma quantificacional da sentença em (2a) (reapresentado em (8) abaixo), deve ser interpretado como sendo uma estrutura apositiva.

(8) Construção sem ilha

* <i>kəll muttahame</i>	<i>ʔrəfto</i>	<i>ʔənnno ha-l-mazduube</i>	<i>nhabasit</i>
each suspect. _{SF}	know. _{2P}	that this-the-idiot. _{SF}	imprisoned. _{3SF}

'Each suspect you know that this idiot was imprisoned.'

Portanto, verificamos que a inaceitabilidade da sentença (8) (ou (2a)) resulta da incapacidade do sintagma quantificacional ligar o epíteto através da fronteira oracional. Este fato demonstra haver algum tipo de restrição aplicada a estruturas com um elemento quantificacional. Esta restrição de ligação é denominada *Obviation Requirement* (Aoun et al (2001:371)) e determina que um pronome forte ou epíteto deve estar separado de seu antecedente por uma ilha para que a sentença seja aceitável.

Mas os resultados apresentados pelos autores nos levam a questionar: então por quê somente em contexto de ilha os epítetos e pronomes fortes podem retomar os sintagmas quantificacionais? Como resposta a esta questão, Aoun, Choueiri & Hornstein (2001: 380) propõem o seguinte:

(9) a. Há dois tipos de construções resumptivas: as resumptivas aparentes e as resumptivas verdadeiras.

b. Nas construções resumptivas aparentes, a relação entre o antecedente e a expressão resumptiva é mediada por movimento. Já nas construções resumptivas verdadeiras não.

c. Resumptivos verdadeiros são uma estratégia de *Last Resort* no sentido de que é preferível relacionar um antecedente com uma expressão resumptiva via movimento, se possível do que relacioná-los via *binding*. Isto sugere que os resumptivos aparentes sejam mais econômicos do que os resumptivos verdadeiros.

d. Em construções resumptivas aparentes, geradas por movimento, o pronome resumptivo forte ou o epíteto é na verdade um modificador adjungido a uma cópia do antecedente A' ligado no local do resumptivo.

Assim como LA, algumas línguas apresentam um princípio de economia em que se licenciam construções com pronomes Resumptivos Verdadeiros se em uma configuração de impedimento de movimento.²⁰

²⁰ Assim como o *Obviation Requirement* apontado pelos autores acima, podemos verificar um fenômeno semelhante em dados de espanhol. Contreras (1993) lida com a aceitabilidade de pronomes resumptivos dentro de ilhas sintáticas, considerando que estes resumptivos sejam variáveis pronominais. Contreras (1993:145) propõe a Condição de Anti-Subjacência de Variáveis Pronominais (ACPV) apresentada em (i).

- (i) Anti-Subjacency Condition on Pronominal Variables (ACPV).
A pronominal variable must be non-subjacent to its operator.

Contreras (1993) restringe seu estudo a pronomes resumptivos A'-ligados. Segundo o autor, a condição de anti-subjacência se aplica a pronomes resumptivos, considerados variáveis pronominais ligadas por um operador, um elemento quantificacional.

Notemos os exemplos em (ii) de Contreras (1993:145) em que a aceitabilidade de (iii) e (iv) depende da presença de uma ilha sintática que intervenha entre o pronome resumptivo e o elemento a que ele está ligado.

- (ii) * ¿ Que libro_i lo_i compro *pro*_i María?
'Which book did Mary buy it?'
- (iii) ¿ Que libro_i no sabes quien lo_i compró *pro*_i?
'Which book don't you know who bought it?'
- (iv) ¿ Que libro_i dices que conoces a la autora que lo_i escribió *pro*_i?
'Which book do you say you know the author who wrote it?'

Como forma de ilustrar mais claramente o contexto de que estamos tratando, exemplifico em (10) as estruturas apresentadas anteriormente em (8) do árabe libanês ²¹.

(10)

Contexto sem ilha

- a. * *kəll muttahame* ʔrəfto ʔənno *ha-l-mazduube* nhabasit
each suspect.SF know.2P that this-the-idiot.SF imprisoned.3SF
'Each suspect you know that this idiot was imprisoned.'

Contexto com ilha

- b. *kəll muttahame* saʔalto ʔəza *ha-l-mazduube* nhabasit
each suspect.SF asked.2P whether this-the-idiot.SF imprisoned.3SF
'Each suspect, you asked whether this idiot was imprisoned.'

Como já havíamos discutido anteriormente, a aceitabilidade das sentenças está vinculada à presença de uma ilha que impede movimento. Notemos que em (10b) a sentença é aceitável, pois possui uma estrutura em que o pronome na oração subordinada está relacionado a um

Em (iii) o pronome resumptivo está dentro de uma ilha *Wh-* e em (iv) o pronome resumptivo está dentro de um NP complexo. E como verificamos, a sentença em (ii) é inaceitável. Explicamos o resultado da inaceitabilidade da sentença (i) ao considerarmos que não há uma ilha nesta configuração. Dessa maneira, os exemplos exibidos em espanhol com variáveis pronominais revelam uma estrutura semelhante à do árabe libanês discutida por Aoun et al (2001), em que é necessária a intervenção de uma ilha entre o pronome e o elemento que o ligue para que a sentença tenha aceitabilidade com o pronome resumptivo.

²¹ Esta sentença deve ser interpretada como: ' * Each suspect you know that she (= each suspect) was imprisoned. She is the idiot'.

elemento mais alto via um processo semelhante a *binding*, havendo uma ilha interveniente entre eles. Já em (10a) explicamos a inaceitabilidade da sentença se considerarmos o *Obviation Requirement*.

Notemos nos exemplos das estruturas acima que os resumptivos aparentes (derivados por movimento) devem ser menos custosos (ou mais econômicos para o sistema), o que os tornam elementos potencialmente bloqueadores dos resumptivos verdadeiros. Atentemos para esta noção de economia na discussão da seção seguinte.

4.3 Licenciamento do resumptivo - Economia para o sistema

Aoun et al (2001), considerando os dados do árabe libanês, desenvolvem uma análise que aponta uma preferência pela relação de movimento entre os pronomes resumptivos e seus antecedentes em detrimento a de *binding*²².

Para exemplificar esta discussão, retomo em (11) as sentenças apresentadas em (1).

(11)

construção com ilha de adjunto

a. *ha-l-muttahame* *tfeeʒaʔto* *lamma / laʔanno ʕrəfto* *ʔanno hiyye nhabasit*
this-the suspect_{SF} surprised_{2P} when/because know_{2P} that she imprisoned_{3SF}

‘This suspect, you were surprised when/because you know that she was imprisoned’.

construção sem ilha

b. *ha-l-muttahame* ʔrəfto ʔənno hiyye nhabast

this-the suspect,_{SF} know._{2P} that she imprisoned._{3SF}

‘This suspect, you know that she was imprisoned’.

De acordo com estes exemplos, verificamos que a estrutura (11b) sem ilha é aceitável (estrutura derivada por movimento), pois por motivos de economia o sistema da língua tem preferência por derivações em que ocorra movimento. No entanto, em contextos em que há ilha, por exemplo, é licenciado um pronome resumptivo verdadeiro via *Last Resort* como ocorre em (11a).

Este pronome resumptivo verdadeiro é ligado ao seu antecedente via uma operação semelhante a *binding*. E, como veremos abaixo, esta operação é o resultado de um conjunto de operações mais complexas e mais custosas ao sistema computacional do que a operação Mover (Copiar e Concatenar).²³

Assim, podemos explicar a relação entre o pronome resumptivo e seu antecedente se considerarmos o desenvolvimento da operação *binding*, conforme Aoun et al (2001) propõem:

²² Lembrando que no que concerne ao custo derivacional das sentenças, somente podemos comparar derivações quando ambas possuem arranjos lexicais idênticos.

²³ Como discutido na seção 4.2.1, somente se estabelece uma ligação entre esses elementos via *binding* se na mesma estrutura não for permitido movimento.

“*Binding* altera um marcador frasal que tenha sido gerado pelas operações Copiar e Concatenar por meio da operação *Demerging* (*Copiar e Apagar*), copiando e apagando uma expressão concatenada anteriormente, re-concatenando-a em outra posição e substituindo um pronome (nulo) por uma expressão concatenada. Dessa forma, *bind* é composta por várias operações: *Demerge*, Concatenar e Pronominalizar”. (cf Aoun, Choueiri e Hornstein 2001:396) (tradução minha).

As afirmações apontadas pelos autores acima exigem maior esclarecimento das operações envolvidas. Com o intuito de realizarmos este esclarecimento, será apresentada a seguir uma estrutura de LA que evidencia os motivos pelos quais *binding* pode ser considerada uma operação mais custosa do que mover em contextos com resumptivos. Primeiramente devemos levar em conta como este processo é implementado (cf Aoun et al (2001:396).

Binding altera um marcador frasal que tenha sido gerado pelas operações *Copiar* e *Concatenar*, copiando e colando (*demerging*) uma expressão concatenada previamente e concatenando-a em algum outro lugar para finalmente substituir por um pronome nulo que tenha uma relação com a expressão concatenada. Com este processo, verificamos que *binding* é uma operação composta de várias operações, revelando ser mais custosa que Mover.

Atentemos para a sentença abaixo na qual é apresentada a estrutura antes de ocorrido o movimento.

- (12) [CP [ZP badkun tarʃrʃi [CP2 miin bifakkir [CP3 ʔənnə [DP [DP kəʃll muttahame]
 want. 2_P know.2_P who think.3_{SM} that each suspect. 3_F
 hiyye/ ha-l-mag3duube] harabit]]]]]

she/ 3-the-idiot._{SF} ran.away.3_{SF}

Em LA o DP clítico deslocado a esquerda ocupa a posição abaixo do CP, denominada pelos autores de ZP (*kəll muttahame* ‘each suspect’) que precisa ser checado. Isto requer o movimento de *kəll muttahame* para a matrix [Spec, ZP]. Como podemos perceber este movimento é ilícito, pois envolve movimento cruzando a ilha *Wh* – CP₂. Dessa maneira, movimento não pode ser aplicado, o que permite que *binding* seja aplicado. Como mencionado abaixo em (13).

- (13) [CP [ZP [DP *kəll muttahame*]_i badkun tarʔrʔfi [CP₂ miin bifakkir [CP₃ ʔənnə
 each suspect. _{SF} want. 2_P know.2_P who think.3_{SM} that
 [DP *pro*_i [DP *hiyye/ ha-l-magʒduube*] harabit]]]]
 pro she/ 3-the-idiot._{SF} ran.away.3_{SF}

Como vemos, (13) é derivada de (12) ao copiar e colar (demerge) *kəll muttahame* e concatená-lo na matriz [Spec, ZP] e devido a este processo percebemos que *binding* é uma operação que também envolve a substituição de um pronome nulo para que haja a cópia e concatenação (demerge) da expressão que queremos mover.²⁴

²⁴ Os autores entendem *construal* como um reflexo interpretativo deste processo de pronominalização. Ou seja, o processo de substituir um pronome que eles propõem possui a restrição de substituir um pronome do tipo adequado, ou seja, aquele que preserve os traços gramaticais do alvo da substituição

Como salientado acima, percebemos que a utilização de *binding* neste sentido revela uma complexidade e um número maior de operações do que *Move*. E considerando a noção de economia, no que se refere à comparação entre derivações, verificamos que a implementação técnica apresentada por Aoun et al (2001) utiliza duas noções de custo derivacional:

- I) que as construções resumptivas são mais custosas para se derivar, pois envolvem mais operações do que as construções que convergem sem o seu uso.
- II) e que algumas operações são inerentemente mais custosas do que as operações que envolvem o uso de expressões que podem ser evitadas (por exemplo, o pronome nulo).

No que concerne à noção de economia entre derivações com pronomes resumptivos, podemos assumir que as derivações de resumptivos aparentes e resumptivos verdadeiros são passíveis de comparação, pois possuem a mesma numeração, sendo que o fator que as diferencia é se a relação de antecedente ao pronome forte ou epíteto é estabelecida via Movimento ou *Binding*. A idéia defendida pelos autores é que pronomes fracos e nulos são formativos gramaticais e o custo de verdadeiros resumptivos reside no processo denominado de pronominalização (cf Aoun et al 2001:396). Dessa maneira, os autores procuraram investigar a interação entre a realização de um resumptivo e a possibilidade de movimento que ocorre na língua referida.

4.4 Reconstrução

Com base no arcabouço teórico do Programa Minimalista de Chomsky (1995) e considerando o *Obviation Requirement*, os autores buscaram evidenciar a natureza dos pronomes resumptivos, utilizando-se dos efeitos de reconstrução como diagnóstico de movimento.

Considere o paradigma em (14), que envolve pronomes ligados.

- (14) a. *təlmiiiz-[a] ; l-kəsleen* ma baddna n *χabbir* [wala mʕallme]_i *ʔanno ha-l-mazduub*
student-her the-bad NEG want.1P tell.1P no teacher that 3-the-idiot.SM
zaʕbar b-l-fahs
cheated.3SM in-the-exam
'Her bad student, we don't want to tell any teacher that *this idiot* cheated on the exam'.

- b. *təlmiiiz-[a] ; l-kəsleen* ma baddna n *χabbir* [wala mʕallme]_i *ʔanno huwwe*
student-her the-bad NEG want.1P tell.1P no teacher that 3-the-idiot.SM
zaʕbar b-l-fahs
cheated.3SM in-the-exam
'Her bad student, we don't want to tell any teacher that *he* cheated on the exam'.

Como apresentado nas sentenças (14a-b), os pronomes deslocados à esquerda podem ser interpretados como sendo ligados pelo QP *wala mʕallme* 'no teacher'. Esses casos de pronomes interpretados como variáveis ligadas falham em ser c-comandados pelo seu antecedente

quantificacional na sintaxe aberta, mas mesmo assim verificamos que a sentença é perfeitamente aceitável. Isso sugere que o pronome relevante está sendo c-comandado pelo seu antecedente quantificacional em LF através do processo de Reconstrução (cf. Chomsky 1976, Higginbotham 1980). Então, se pensarmos que reconstrução é entendida como uma propriedade de cadeia, criada por movimento (Chomsky 1993), os dados sugerem que a geração das sentenças em (12) envolve uma operação de movimento do pronome resumptivo.

Por outro lado, as sentenças de (15), por não permitirem movimento, também não admitem reconstrução.

(15)

a. * *təlmiiz-[a]_i l-kəsleen ma h kiina maʕ [wala mʕallme]_i ʔabl-ma h a-l-mazduub yuusal*

student-her the-bad NEG talked._{1P} with no teacher before 3-the-idiot._{SM} arrive._{3SM}.

‘Her bad student, we didn’t talk to any teacher before this idiot arrived’.

b. * *təlmiiz-[a]_i l-kəsleen ma hkiina maʕ [wala mʕallme]_i ʔabl-ma huwwe yuusal*

student-her the-bad NEG talked._{1P} with no teacher before he arrive._{3SM}.

‘Her bad student, we didn’t talk to any teacher before he arrived’.

Com base na análise de Aoun, Choueiri e Hornstein (2001), minha hipótese é que nos dados de PB com restrições de ilhas, o elemento nulo localizado no interior do DP com *nome relacional* deve ser um pronome resumptivo verdadeiro, licenciado pela configuração que impede

movimento. Como vimos, é mais econômico para o sistema computacional haver uma operação de movimento do DP do que o licenciamento de um elemento pronominal na derivação, no entanto nas configurações em que não há possibilidade de haver movimento, o sistema pode gerar um elemento resumptivo capaz de se ligar ao seu antecedente.

4.5 Aplicação dos elementos de *Nome Relacional* em contexto de ilha

Do mesmo modo como realizado no capítulo anterior, apresentarei algumas estruturas com DP em *nome relacional* e, neste momento, estaremos analisando o comportamento da categoria vazia em contextos a que é aplicado algum tipo de bloqueio (nos moldes de Chomsky (1986)).

Orações relativas são ilhas fortes, pois não permitem a extração de um elemento de seu interior. Atente para a sentença em espanhol abaixo em que não é possível a extração do elemento *Que* da posição de objeto da oração subordinada para o Spec CP da oração matriz.

(16) * Que₁ beso Juan a la chica₂ que t₂ compro t₁?

‘What is *x* such that Juan kissed the girl that bought *x*’

No entanto, em línguas de sujeito nulo há uma estratégia resumptiva que salva a derivação de uma oração relativa por meio da inserção de um pronome nulo, como apontado pelos exemplos em Jaeggli & Safir (1989) e Chomsky (1981).

(17) a. Esse es el tipo que₁ María conoce a la mujer [con quien *pro*_i se casó]]

‘That is the guy that María knows the woman who he married’

(Jaeggli & Safir, 1989)

b. Ecco la ragazza [che₁ me domando [chi crede [che *pro*₁ possa VP]]]

‘This is the girl who I wonder who thinks that she may VP’

(Chomsky, 1989)

Rodrigues (2000:07-08) com relação à restrição da aplicação de resumptivos em PB apresenta a comparação entre as sentenças (18) em PB e (19) espanhol, como abaixo.

(18) Esse é o rapaz que ₁ a Maria conhece a garota ₂ que ₂ ele ₁ / **e*₁ beijou t₂.

(19) Juan ₁ viu a la chica que el / *pro* bese anoche

‘Juan saw the girl that he kissed last night’

(20) O João encontrou a carteira que ele / * *e* perdeu

Como notado pela autora, o contraste entre as sentenças acima mostra que em (19), do espanhol, há possibilidade de ocorrência do sujeito nulo dentro das orações relativas, mas o mesmo não ocorre em (18), em PB, onde só são utilizados sujeitos lexicalmente realizados. Ou seja, podemos explicar esta divergência de resultados se considerarmos a argumentação de Ferreira (2000) e Rodrigues (2000) de que o PB possui uma estratégia de movimento do sujeito

nulo para a oração matriz, isto é, em PB o sujeito nulo referencial deve ser analisado como um vestígio (cópia apagada) deixado pelo hiperalçamento do DP sujeito para o Spec de T de uma oração mais alta.

Segundo o teste dos resumptivos acima, verificamos, pela inaceitabilidade das sentenças (18) e (19), que neste contexto de ilha com sujeito nulo referencial em PB não ocorre o processo de inserção de um pronome resumptivo. Este fenômeno ocorre porque, de acordo com a argumentação dos autores, o elemento nulo é um vestígio. Portanto, este resultado pode ser explicado de acordo com a proposta de Ferreira (2000) e Rodrigues (2000), de que o sujeito nulo referencial em PB é formado por movimento, o que torna as configurações de sujeito nulo em contexto de ilha forte inaceitáveis.

Mas no que concerne aos contextos de *nome relacional* verificamos a inserção de resumptivo em ilhas, como será discutido na seção a seguir.

4.6 Resumptivos em contexto de *nome relacional*

Se considerarmos que a hipótese defendida nesta dissertação de que movimento para posição temática em dados com *nome relacional* tem sua aplicação em PB, seria esperado que as sentenças correspondentes fossem inaceitáveis em contexto de ilha. Contudo, este resultado não foi verificado nos dados de PB, como em (21).

(21) João_i adorou o presente [que a amiga *cv*_i deu pra ele]

Notemos que a sentença em (21) possui uma configuração que impede o movimento do elemento correspondente à *cv* para a posição de sujeito e, mesmo assim, a sentença é aceitável. Como então poderíamos explicar este fenômeno?

Com base no trabalho de Aoun et al (2001) minha hipótese é que a *cv* de (21) deve ser analisada como sendo um pronome resumptivo, licenciado pela estrutura que impede o movimento do DP localizado na oração subordinada para a posição de sujeito da oração matriz. Abaixo, examinarei evidências que confirmam essa hipótese.

4.7 Localidade do Referente

Como discutido no capítulo 3, os dados de *nome relacional* indicam que o elemento associado a o *nome relacional* se move na árvore sintática. Na restrição sobre a localidade do referente em contexto de movimento, a categoria vazia deve ter seu antecedente localizado obrigatoriamente na oração imediatamente mais alta.

No capítulo 3, foi discutida a possibilidade de extração de um elemento localizado no interior de uma ilha forte como em orações adjuntas se utilizarmos a operação *Movimento Lateral* (*Sideward Movement*) de Nunes (1995, 2001).

Note o exemplo em (22).

(22) João_i beijou a Maria_w [depois do irmão *cv*_i]

No caso da sentença (22), é possível termos uma operação de movimento lateral. A *cv* nesta estrutura é uma cópia apagada, resultante do movimento do DP *João* para a posição de sujeito da oração matriz.

No entanto, atente para a localidade de referente em contexto de ilha, apresentada pela sentença (23).

(23) Pedro_i abraçou a Maria_w [depois dos amigos *cv_{i/w}* *chegarem*]

(24) A Ana_i bateu no João_w [depois que o tio *cv_{i/w}* foi embora]

(25) João_i telefonou pra Maria_w [depois que a mãe *cv_{i/w}* voltasse]

Na sentença (23), estamos lidando com uma configuração de ilha de adjunto bastante similar à (22). Como vimos anteriormente, a estrutura de adjunto permite a extração de um elemento de seu interior via Movimento Lateral. Entretanto, a estrutura apresentada em (23) possui algumas restrições estruturais que impedem a aplicação dessa operação.

As restrições dizem respeito à estrutura que estabelece uma relação de posse com *amigo*, mas que também ocupa a posição de sujeito do verbo *chegarem*. Ou seja, o fato de o elemento estar localizado na posição de sujeito, impede que o DP presente na *cv* seja copiado e concatenado com uma outra sub-árvore para o desenvolver da derivação.

Isto ocorre porque uma vez que os elementos *amigos de Pedro* na sentença (23) são concatenados com o verbo *chegarem*, uma árvore é formada. O sistema não permite que um DP dentro de um sujeito seja movido desta posição para ser concatenado em outra sub-árvore, portanto, não é possível haver a extração de um elemento de dentro da posição de especificador

(*left branch condition*). Dessa forma, mesmo que o contexto investigado seja de uma oração adjunta, a operação de *Movimento Lateral* não é possível de ser realizada.

Voltando à interpretação da sentença (23), notamos que o DP *amigos* pode estar relacionado a *Pedro* ou à *Maria* sem que para isso haja restrições interpretativas ou influências pragmáticas, o que faz a sentença ser perfeitamente aceitável. E neste caso, a imprecisão em relação ao referente da *cv* acaba gerando uma ambigüidade em relação ao DP escolhido.

Assim, como seria possível analisar este fenômeno? De acordo com a análise de estarmos lidando com o movimento do DP para uma posição temática e considerando que em um contexto de impedimento de movimento, como em (23), era esperado que esta interpretação na sentença fosse inaceitável. Com a finalidade de encontrar respostas para as questões levantadas, tomo como base a análise de Calabrese (1986) sobre os pronomes.

Calabrese (1986:03), ao estudar a relação sintática entre dois grupos de elementos, os pronomes e os nomes que os antecedem, dividiu o sistema pronominal do italiano entre pronomes fortes e pronomes fracos²⁵.

Note um exemplo em italiano com o pronome nulo na posição de sujeito da oração subordinada.

(26) Dopo che Carlo_i há picchiato Antonio_j, Maria disse che *pro_i* / *j* sarebbe stato licenziato

‘After Carlo hit Antonio, Maria said that he would be fired’

²⁵ Pronomes fortes: usados quando não há esperança da ocorrência de seu referente. Pronomes fracos: usado quando seu referente já é esperado. O pronome nulo é considerado fraco (cf. Cardinaletti e Starke (1994) e Kato (a sair) para esta noção de pronomes).

Segundo o exemplo (26) de Calabrese (1986:10), o pronome fraco, apresentado na forma de pronome nulo, pode ser co-referente tanto ao nome localizado na posição de sujeito da oração principal, *Carlo*, quanto ao nome localizado na posição de objeto, *Antonio*, sem que tenhamos alguma diferença de significação.

Com base no exemplo de Calabrese (1986), explicamos o fenômeno apresentado em (23) ao considerarmos que a *cv* localizada no interior da oração subordinada é um elemento pronominal, e para tanto, possui uma capacidade inerente de tomar como referente tanto o DP sujeito, *Pedro* quanto o DP objeto *Maria* da oração principal.

Retomando o mesmo contexto em que não há configuração de ilha, atentemos para o fato de que a *cv* é derivada por movimento, sendo necessário retomar o referente mais próximo do elemento nulo de acordo com a restrição de Elo Mínimo.

(27) O rapaz_i disse que o João_w convidou o amigo *cv* _w / *_i / *_K

Portanto, como vimos em (23), a possibilidade da *cv* ser co-referente de ambos os antecedentes se deve ao fato de que no contexto de impedimento de movimento a *cv* é um elemento que apresenta características pronominais.

Nestas configurações, estamos lidamos com um elemento com características pronominais licenciado pelo sistema, devido à configuração de ilha, diferentemente do exemplo em (27) que revela uma operação de movimento, em que é deixada uma cópia apagada no interior do DP com *nome relacional*.

4.8 Antecedente cindido

Uma configuração de movimento impede que um só elemento, neste caso a *cv*, tenha dois referentes distintos partindo de uma mesma posição temática, como em (28a). No entanto, como notamos em (28b), é característica dos pronomes, a capacidade de retomar um antecedente cindido. Atente para as sentenças em (28).

- (28) a. O João_i descreveu pra Maria_w [quem_k a amiga *cv* (t_w / t_i) beijou t_k]
b. O João_i descreveu pra Maria_w [quem_k a amiga *deles* _{w+i} beijou t_k]

Na sentença (28a), com o *nome relacional amiga*, a categoria vazia é capaz de retomar os referentes *Maria* ou *João*. Este resultado nos revela que estaríamos tratando de um elemento pronominal, uma vez que é possível que a *cv* retome *João* ou *Maria*, mostrando que a sentença é aceitável em PB. Notemos a estrutura em (29).

- (29) a. O João_i mostrou pra Maria_w [quem_k a amiga *cv* (t_w / t_i / t_{w+i}) namorou t_k]
b. O João_i mostrou pra Maria_w [quem_k a amiga *deles* _{w+i} namorou t_k]

Se compararmos a sentença (29a) com (29b) notamos que, nesta última, o pronome *deles* é capaz de ter antecedente cindido assim como em (29a). Podemos ter a interpretação de que *irmã* pode ser de *João* e de *Maria*, assim como ocorre em (28b), nos revelando uma leitura semelhante a que temos com os pronomes.

Atentemos para a sentença (30) que utiliza o nome *amiga*.

- (30) a. A Maria_i cuidou do José_w [depois que a amiga *cv*_{i+w} dormiu]
b. A Maria_i cuidou do José_w [depois que a amiga *deles*_{i+w} dormiu]

Notamos que as sentenças em (30a) e (30b) não demonstram nenhuma diferença em seu significado ou em sua aceitabilidade, o que permite que a *cv* retome os dois antecedentes da oração matriz, assim como o pronome *deles* o faz.

Retomando a análise de Calabrese (1986) sobre a natureza dos pronomes, verificamos em (30a) que o elemento nulo localizado no DP com *nome relacional* possui as mesmas características de um pronome, se comparado com (30b) em que está realizado o pronome *deles*. Isto nos leva a concluir que estamos lidando com um elemento pronominal nesta configuração de ilha.

Assim, se as construções em (30) nos revelam que em um contexto bloqueador de movimento foi licenciado um elemento com características pronominais, mais uma vez este resultado corrobora a análise baseada em Aoun, Choueiri e Hornstein (2001) de estarmos lidando com um pronome resumptivo localizado no interior de uma ilha em contexto de *nome relacional*.

4.9 Leitura Imprecisa

Como visto no capítulo anterior, a presença de leitura imprecisa (*Sloppy reading*) na sentença evidencia uma operação de movimento. Já as operações que utilizam elementos pronominais permitem tanto a leitura imprecisa (*sloppy reading*), quanto à leitura estrita (*Strict reading*).

Atente para exemplos abaixo elencados.

- (31) a. A Maria_w viu a menina_k [que_k o amigo *cv_w* beijou *t_k*] e o João também
b. A Maria_w viu a menina_k [que_k o amigo dela_w beijou *t_k*] e o João também
- (32) a. Paulo_i viu [quando a mãe *cv_i* chegou] e a Maria_w também
b. Paulo_i viu [quando a mãe *dele_i* chegou] e a Maria_w também

As sentenças (31) e (32) estão numa configuração de ilha, o que impede o movimento da posição interna à oração coordenada para a posição de sujeito da oração matriz. Verificamos que (32a) é uma sentença ambígua, podendo ter duas leituras, a leitura imprecisa parafraseada em (33a) e também uma leitura restrita, parafraseada em (33b).

- (33) a. Paulo viu quando a mãe dele chegou e a Maria também viu quando a mãe dela /Maria chegou.
b. Paulo viu quando a mãe dele chegou e a Maria também viu quando a mãe de Paulo chegou.

Como discutido no capítulo anterior, a exclusividade da leitura imprecisa é um indício de haver movimento na estrutura. No entanto, vemos que a sentença (32a), com a *cv*, revela o mesmo comportamento de um elemento pronominal, admitindo as leituras imprecisa e restrita. Dessa forma, este resultado indica que o elemento caracterizado pela *cv* na sentença acima deve

ser analisado como um pronome resumptivo, licenciado pela estrutura que impõe bloqueio a um movimento.

4.10 Estrutura de foco

Em uma estrutura de foco, a alternância entre sentenças com um pronome lexical e sentenças com uma *cv* evidencia uma assimetria na leitura das construções, como retomado em (34) abaixo.

- (34) a. Só a Bia_i gosta da irmã dela_i
b. Só a Bia_i gosta da irmã *cv*_i

Na sentença (34a) podemos ter a interpretação de que somente *Bia* gosta da irmã dela / da Bia, mais ninguém gosta da irmã dela. E em (34b), *Bia* seria a única pessoa que gosta da sua irmã, ninguém mais gosta da sua própria irmã.

Contudo, as sentenças em contextos de ilha não demonstram ambigüidade na leitura, pois como explicitado anteriormente, este tipo de fenômeno é característico a estruturas de movimento.

Atente para as sentenças que apresentam foco em contextos de ilha em (35) e (36).

- (35) a. Só o João_k se casou [antes do tio *cv*_k morrer]
b. Só o João_k se casou [antes do tio *dele*_k morrer]

- (36) a. Só a Maria_k riu [depois que a mãe *cv_k* caiu]
b. Só a Maria_k riu [depois que a mãe *dela_k* caiu]

Verificamos nos exemplos acima que a presença do pronome lexical ou a presença da *cv*, alternando com o pronome, não causou nenhuma mudança com relação ao significado. Com respeito à interpretação das sentenças (36a) e (36b) temos a mesma paráfrase para as duas, apresentadas por (37).

- (37) Somente a Maria riu depois que a mãe da Maria caiu, ninguém mais riu depois que a mãe da Maria caiu.

Assim como as sentenças (35) e (35), na sentença (36), não há divergência na interpretação do significado ao alternar as estruturas com pronomes com as estruturas com as *cvs*. Se contrastarmos com a sentença (34) em que não há configuração de ilha, notamos que esta última apresenta um comportamento diferenciado em relação às estruturas com ilha, pois na sentença (34b) ocorre o movimento do DP para a oração mais alta.

Constatamos então que o resultado obtido neste contexto com relação ao efeito de focalização das sentenças em (35) e (36) se deve a presença de uma configuração de ilha que impede a extração do DP para fora da oração subordinada. Esse resultado evidencia que a *cv* apresenta as mesmas características de um pronome, permitindo tomar como referente um elemento localizado na oração matriz.

Verificamos, portanto, que devido às restrições estruturais, foi licenciado um elemento com as mesmas características de um pronome, capaz de retomar o sujeito da oração focalizada.

Esta restrição seria mais um indício de estarmos tratando de um pronome resumptivo em construções de ilha forte com *nome relacional*.

4.11 Leitura *de se*

A leitura *de se* foi anteriormente utilizada para determinar as características da categoria vazia em dados de *nome relacional*. Notamos que o pronome para ter sua interpretação não necessita de ter uma leitura *de se*, diferentemente do que ocorre com as categorias vazias como em (38) retomado abaixo.

- (38) a. Roseane Sarney_w passou a admirar o pai *cv_w* (Só com *de se reading*)
b. Roseane Sarney_w passou a admirar o pai dela_w.

Atentemos agora para o contexto em que há um impedimento de movimento como nos exemplos em (39)

- (39) a. Reagan_w se admirou [quando o filho *cv_w* discursou]
b. Reagan_w se admirou [quando o filho *dele_w* discursou]

Sabemos que em configuração de bloqueio, não é licenciado movimento do elemento representado pela *cv*. O exemplo apresentado em (39a) permite duas leituras: Reagan teria a consciência de si mesmo e se admirou ao perceber que seu filho discursava e; Reagan não teria consciência de quem era, mas se admirou quando o rapaz (seu filho) discursava. Esta dupla

possibilidade de interpretação é uma característica típica dos pronomes. Isto seria o indicador de que neste contexto de ilha estamos lidando com um elemento pronominal.

Vejamos exemplos deste contexto apresentado pelas sentenças abaixo.

- (40) a. O infeliz_k se emocionou [antes do pai *cv*_k chegar]
b. O infeliz_k se emocionou [antes do pai *dele*_k chegar]

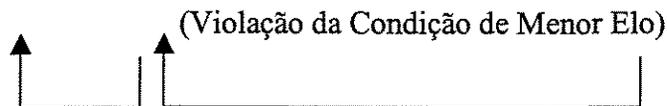
Ao compararmos as sentenças (40a) e (40b), não foi revelado nenhum contraste entre a leitura das sentenças. Ambas sentenças permitem uma leitura com interpretação *de se* e uma leitura não *de se*, característica semelhante à de um pronome lexical. Se esta estrutura permite a aplicação das duas leituras, temos um resultado revelador de que o elemento presente na oração adjunta não é derivado de movimento, mas se trata de um elemento pronominal não realizado foneticamente, um pronome resumptivo nos moldes de Aoun, Choueiri e Hornstein (2001).

4.12 Evite Pronome

Para discutir esta restrição é necessário retomar o Princípio de Montalbetti. Este princípio estabelece que não é possível que um pronome lexical esteja localmente ligado por uma variável, se na mesma posição for aceitável um pronome nulo.

Conforme a discussão realizada no capítulo 1 sobre o princípio de Montalbetti, vimos que nos contextos de ilha com *nome* relacional há uma aparente violação deste princípio. Atente para as sentenças em (41) relativas ao princípio de Montalbetti.

- (41) a. [Todo menino_i] t_i acha que a **Maria** disse que a *sua_i* mãe é boa.
 b. *[Todo menino_i] t_i acha que **Maria** disse que a mãe *cv_i* é boa.



A inaceitabilidade de (41b) revela que a *cv* não é um elemento pronominal, mas na verdade, é uma cópia apagada derivada por movimento, sendo que ao cruzar o DP *Maria* acaba violando a condição de Menor Elo.

Atente para esta configuração em que se investiga a alternância entre pronomes nulos e pronomes lexicais como apresentado pela sentença abaixo (42).

- (42) a. [Toda criança_i] t_i conta pra professora [quando a mãe *cv_i* vai sair]
 b. [Toda criança_i] t_i conta pra professora [quando a *sua* mãe vai sair]

Como discutido no capítulo 1 o princípio de Montalbetti trata da alternância entre pronome lexical e pronome nulo e permite determinarmos nos dados analisados se o elemento tem características pronominais ou não. Como vimos, ambas as sentenças são aceitáveis, sendo que este resultado se mostra contrário ao que prevê o Princípio de Montalbetti.

De acordo com minha hipótese de haver movimento em configurações com *nome relacional* como estas, e seguindo a proposta de Aoun, Choueiri & Hornstein (2001) de que o sistema licencia um pronome resumptivo em contextos de ilha onde a extração de um elemento

não é permitida, a sentença em (40a) não está violando o princípio de Montalbetti (lembrando que um princípio universal não pode ser violado).

Encontramos um possível esclarecimento se considerarmos a configuração de ilha apresentada em (42). Notemos que nesta estrutura o elemento localizado no interior do DP com *nome relacional* não é capaz de se mover para a posição de sujeito da oração matriz dada a configuração que impede movimento e em que a *cv* se encontra. Dado que não é possível uma configuração de movimento a *cv* em questão não pode ser um vestígio, conseqüentemente, este fato nos indica que a *cv* possui características de outro elemento.

Poderíamos crer que este elemento seja um pronome resumptivo, pois como afirma o trabalho de Aoun et al (2001) um pronome resumptivo pode ser licenciado em uma configuração de ilha em que movimento é bloqueado. A fim de identificarmos o comportamento desta *cv* apresento em seguida uma discussão que se aplica ao Princípio Evite Pronome.

Assim como ocorre com as estruturas que se aplicam ao Princípio de Montalbetti em contexto de ilha, também podemos relacionar essa discussão com respeito às configurações que se aplicam ao Princípio Evite Pronome de Chomsky (1981) em contexto de ilha, uma vez que verificamos uma aparente violação destes princípios.

Vale lembrar, como discutido anteriormente, que o Princípio Evite Pronome regulariza a alternância interpretativa imposta a sentenças com o pronome foneticamente realizado e a sentenças em que é utilizado o pronome nulo. Em linhas gerais, este princípio afirma que sempre que o sistema admitir uma alternância entre pronome nulo e pronome lexical deve-se utilizar o pronome nulo.

Vejamos como as sentenças em (43), em contextos de ilha, se aplicam à restrição do princípio Evite Pronome.

- (43) a. Pedro_f descansou [depois que a irmã *cv*_f chegou]
b. Pedro_f descansou [depois que a irmã *dele*_f chegou]

De acordo com as sentenças em (43), verificamos que em PB não há alternância de significado entre sentenças com o pronome nulo e sentenças com o pronome lexical, pois de acordo com Evite Pronome haveria uma previsão de que a sentença (43a) deveria ter sua leitura privilegiada em relação à sentença (41b).

Como notamos, não houve nenhuma ênfase ou contraste entre as sentenças acima. Podemos pensar que este fenômeno seria uma indicação de que o Princípio Evite Pronome estaria sendo violado?

Assim como ocorreu com o Princípio de Montalbetti, notamos que o resultado das sentenças em (41), que tratam da alternância entre pronome nulo e pronome lexical, não deveria ser esperado. Isto porque se considerarmos a proposta de Aoun, Choueiri & Hornstein (2001), de que ocorre a inserção de um pronome resumptivo quando não há possibilidade de haver movimento, o elemento localizado na categoria vazia em (43a) é um pronome resumptivo.

Portanto a explicação para este fenômeno é que o elemento presente na posição da *categoria vazia* em contextos de *nome relacional* com impedimento de movimento é de fato um pronome resumptivo.

E que como notamos nas construções (42) e (43), este pronome resumptivo não pode possuir as mesmas características de um pronome nulo, pois se assim fosse, as construções em

(42) e (43) estariam sujeitas às restrições dos princípios Evite Pronome e de Montalbetti. E como notamos, não houve aplicação destes princípios uma vez que não se trata de um pronome nulo comum, mas de um resumptivo. Concluimos, então, que os Princípios Evite Pronome e Montalbetti não impõem restrições a este tipo de pronome.

4.13 Extração de estruturas coordenadas

Retomando as configurações de estruturas coordenadas trabalhadas no capítulo anterior, neste momento considerarei uma configuração de ilha imposta pelo *Coordinate Structure Constraint* (CSC). Essa restrição proposta por Ross (1967), afirma que em uma estrutura coordenada não é possível extrair via movimento apenas um dos termos coordenados. Atentemos para os exemplos em (44) no que concerne à extração de elementos de dentro de estruturas coordenadas.

- (44) a. *O que o João comprou *t* e a Maria leu o livro?
b. O que o João comprou *t* e a Maria leu *t*?

A restrição de Ross esclarece a inaceitabilidade de (44a) ao considerarmos que nesta estrutura de coordenação ocorreu a extração de apenas um elemento, o que não é permitido. Ou seja, a extração em coordenadas só pode acontecer se for em todos os termos coordenados, como vimos em (44b).²⁶

²⁶ Devo salientar que a sentença acima, mesmo sem uma configuração de movimento aberto ainda é ruim, conforme notamos em (i).

Com base no CSC, uma construção em que há a coordenação de dois *nomes relacionais* como em (45) abaixo deveria ser inaceitável, se considerarmos que não é possível a extração de apenas um dos elementos de uma estrutura de coordenação.

(45) João_i ligou para a irmã *cv_w* e para a prima do Pedro_w

De acordo com a proposta de haver um movimento do DP em contexto de *nome relacional* para a posição de sujeito da estrutura, esta sentença demonstra um comportamento que estaria contradizendo a proposta de CSC de Ross, porque permitiria a extração de apenas um elemento, sendo o DP *Pedro*. Dessa maneira, como podemos explicar a aceitabilidade da sentença (45), respeitando o CSC?

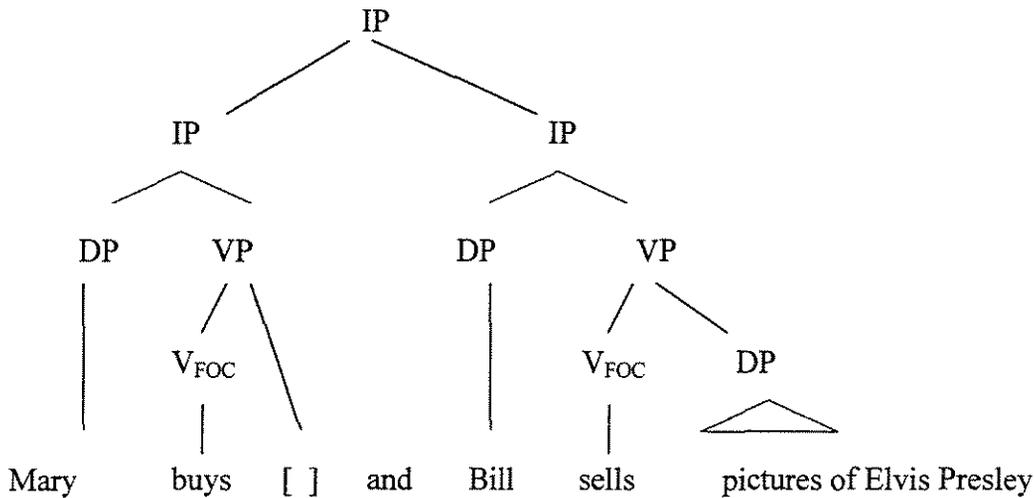
Uma explicação para este fenômeno pode ser feita se pensarmos que está ocorrendo um fenômeno em PB aplicado em várias línguas como, por exemplo, alemão e inglês (cf. Abbott (1976), Grosu (1976), Hartmann (2000)), conhecido como *Right Node Raising*. Esse é um processo de alçamento em que o elemento a direita seria o foneticamente realizado.

Selkirk (2002) ao estudar estruturas de foco apresenta a estrutura de uma sentença que revela o fenômeno de *Right Node Raising* em inglês, conforme visualizamos abaixo em (46).

(i) *O João comprou o que e a Maria leu o livro?

Este dado demonstra que mesmo sem haver um movimento aberto do elemento *Qu* a sentença é inaceitável. Explicamos tal fenômeno se considerarmos que em LF este elemento se move cobertamente para checar os traços do Comp interrogativo. Dessa forma, percebemos que o *Coordinate Structure Constraint* se aplica nestes dados de PB, uma vez que em (i) não foi possível mover apenas um elemento de dentro de uma oração coordenada.

(46)



Com relação à análise desta construção, os trabalhos a este respeito determinam que o elemento objeto do *Right Node Raising* permanece *in situ* na posição normal do complemento do verbo e que o primeiro verbo do par contrastivo é seguido pela posição vazia.

Dessa forma, vemos que a construção que estamos analisando em PB estaria apresentando um comportamento semelhante ao do *Right Node Raising*, uma vez que podemos tomar como referente o elemento da oração subordinada.

No entanto, diferentemente do que ocorre com o *Right Node Raising*, vemos que na construção que estamos analisando em PB é possível tomarmos como referente não só o elemento da oração mais coordenada, mas também podemos tomar como referente da *cv* o sujeito da oração matriz, sendo que para tanto ocorre uma mudança na entonação da sentença. Atentemos para o exemplo em (47).

(47) O João_i convidou uma amiga *cv_i* / *cv_w* e uma prima do Pedro_w

Conforme notamos em (47), recuperamos como sendo o referente da *cv* tanto o sujeito da oração matriz (*João*) quanto o DP da oração coordenada (*Pedro*). Contudo, este resultado também não seria equivalente ao de um processo de *Right Node Raising*, pois por se tratar de um processo de movimento à esquerda, este fenômeno não permite ambigüidade de referente.

As sentenças em (47) são aceitáveis em PB porque não é violado o *Coordinate Structure Constraint*, pois para que houvesse violação deste processo um elemento deveria ser extraído desta posição, o que nos sugere não ter havido uma extração nesta estrutura. E se ainda considerarmos o fato de que há uma possibilidade de interpretarmos a *cv* como tendo mais do que um referente, podemos interpretar como referente *Pedro* e *João* verificamos que este resultado aparentemente demonstra que estamos tratando de um pronome nulo, que ocorre em uma sentença com orações coordenadas e não o fenômeno de *Right Node Raising*.

Consideremos ainda os exemplos em (48).

- (48) a. João_J trouxe a mãe [*cv_J/cv_w*] e a prima [do Pedro_w]
b. João_J sempre traz a mãe [*cv_J/?cv_w*] e a prima [do Pedro_w]
c. João_i quer trazer a mãe [*cv_i/cv_w*] e a prima [do Pedro]

O julgamento de aceitabilidade destas sentenças apresentou grande variação entre os falantes de PB. Ora podemos interpretar *mãe* como sendo de *João* e de *Pedro*, como em (48c), ora podemos interpretar somente como sendo a *mãe* de *João*, como em (48b). De acordo com a possibilidade de termos várias interpretações de uma mesma estrutura, podemos assumir a categoria vazia, neste contexto, tem um comportamento diferenciado do de um vestígio e mais se assemelha ao de um pronome nulo.

Para que possamos identificar as características desta *cv* apresento uma restrição de movimento para uma estrutura relativa a este contexto de orações coordenadas.

Atentemos para a sentença a seguir:

(49) A Maria_w disse que o João_k abraçou a irmã *cv_{w/k/m}* e a prima do Pedro_m

Ao considerarmos a possibilidade de termos mais de um referente para a *cv*, a *irmã* pode ser de *João*, de *Maria* ou até de *Pedro* o que nos remete a possibilidade de estarmos tratando de um pronome nulo nesta posição, pois o comportamento do elemento é semelhante ao de um *pro*.

Poderíamos também imaginar que a sentença em (49) acima seria derivada de algum processo de movimento. Contudo, se isto ocorresse, esta sentença deveria ser inaceitável, pois uma *cv* derivada de um movimento não poderia ter mais de um referente e também ao tomar o DP *Maria* como seu antecedente, este movimento estaria violando Elo Mínimo, uma vez que o movimento do DP *Maria* localizado no DP com *nome relacional* cruzaria o DP *João*.

Dessa maneira, a possibilidade de tomarmos *a Maria*, *o João* ou *Pedro*²⁷ como referente demonstra que estamos lidando com um pronome nulo. Portanto, a capacidade de termos vários referentes para uma mesma categoria vazia sem causar a inaceitabilidade da sentença em (49) demonstra um comportamento característico dos pronomes, o que revela que estamos lidando com um pronome nulo nesta configuração de orações coordenadas em contexto de *nome relacional*.

²⁷ Houve grande alternância no julgamento dos falantes de PB no que concerne à referência da *cv*. Contudo este resultado só nos dá mais evidências de que estamos tratando de um pronome nulo, uma vez que este permite ser antecedido por vários referentes na sentença.

4.14 Conclusão

Notamos que a categoria vazia que ocupa a mesma posição da cópia apagada resultante de movimento em contexto de *nome relacional* não apresenta o mesmo estatuto em configurações em que se verificam impedimentos de movimento.

Ao me basear na investigação de Aoun, Choueiri e Hornstein (2001) sobre um fenômeno que ocorre em árabe libanês, pude verificar que em PB em contextos de ilha, a *cv* em estruturas de *nome relacional* revela um comportamento semelhante ao apresentado por um elemento pronominal. Foi possível chegar a esta conclusão devido à capacidade desta categoria vazia recuperar seus referentes da mesma forma que um pronome lexicalizado o faria, como notamos na seção 4.4.2 sobre localidade do referente.

E para que fosse possível especificar as propriedades desta *cv* utilizei algumas restrições que envolvem movimento. Desse modo, o resultado desta investigação demonstra que em contexto de ilha a *cv* em estruturas de *nome relacional* exerce as propriedades de um pronome resumptivo.

Capítulo 5

5. Conclusão final

A investigação realizada neste trabalho tomou como base a teoria de Princípios e Parâmetros, mais especificamente, o Programa Minimalista proposto por Chomsky (1995).

Esta dissertação analisou o comportamento de um elemento foneticamente não realizado em estruturas possessivas. Ou seja, foi analisada a categoria vazia utilizada em um tipo de estrutura possessiva com nomes que selecionam outros nomes como argumentos e expressam uma relação de parentesco ou amizade, como, por exemplo, *amigo*, *primo*, *tio*, conforme visualizado abaixo em (1).

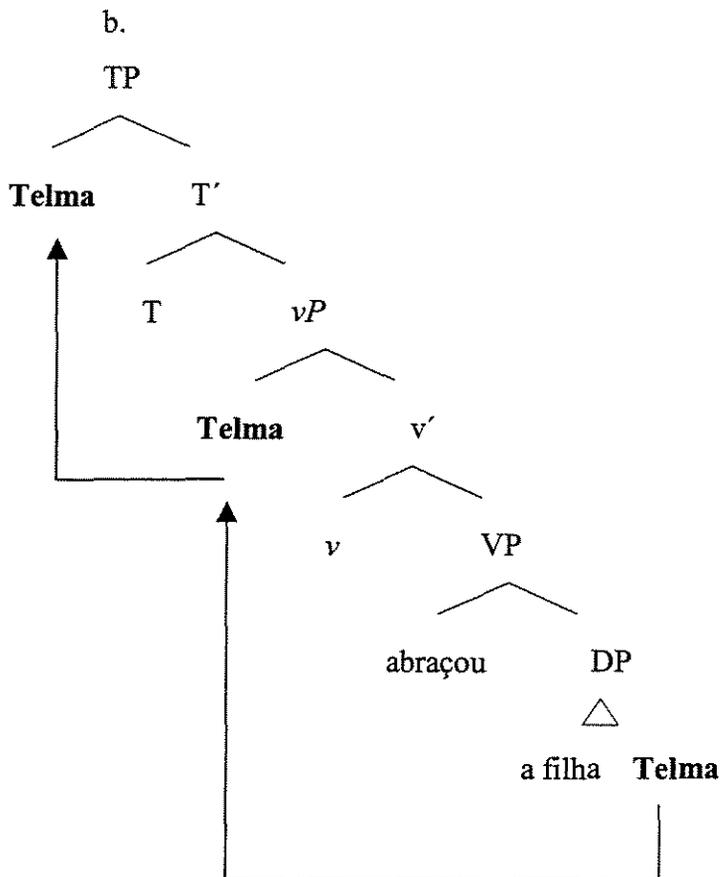
(1) A Val_i abraçou o irmão cv_i

Assim, para o desenvolvimento desta dissertação segui a linha de pesquisa que demonstra ser possível realizar um movimento para uma posição temática e que movimento pode ser motivado pela checagem de traços formais. Como embasamento teórico lidei mais especificamente com os trabalhos de Ferreira (2000), Hornstein (1999, 2000 e 2001a, 2001b),

Hornstein e Nunes (2002), Nunes (1995, 2001, a sair) e Rodrigues (2000) que tratam desta possibilidade de licenciarmos movimento para uma posição temática.

Considerando que o licenciamento desse tipo de movimento tem sua aplicação em PB, argumentei que em estruturas com *nome relacional* ocorre um processo de movimento para uma posição temática via operações de *Copy* e *Merge*. Dessa maneira, defendi a hipótese de que a *cv* deve ser analisada como uma cópia apagada de um movimento para a posição de sujeito da sentença. O exemplo abaixo mostra a representação arbórea que propus para a hipótese defendida nesta dissertação.

(2) a. Telma_p abraçou a filha *cv*_p.



Para assegurar minha hipótese de movimento em estruturas com *nome relacional*, me baseei no trabalho de Ferreira (2000) e Rodrigues (2000), nos quais foram apresentadas algumas restrições capazes de determinar se há a aplicação de movimento em uma dada estrutura em PB. Verifiquei com o resultado destes testes que a *cv* em contexto de nome relacional deve ser considerada uma cópia apagada do movimento de um DP para uma posição mais alta na estrutura.

Apresentei no capítulo 2 várias evidências de que movimento para posição temática em DPs com *nome relacional* ocorre nos dados de PB e que a categoria vazia investigada é na verdade uma cópia apagada do DP sujeito das sentenças.

Considerando os dados apresentados, concluo que a possibilidade de termos um movimento via múltiplas posições temáticas nos permite propor que a categoria vazia que se encontra no DP com *nome relacional* deve ser analisada como o vestígio do DP, originado nesta posição e posteriormente movido para a posição de sujeito da oração matriz.

Em contextos de ilha em que há algum impedimento para a operação de movimento (cf. Capítulo 4), argumento que o elemento localizado no DP com *nome relacional* da oração subordinada não tem um comportamento de vestígio, mas apresenta características de um elemento pronominal, sendo na verdade um tipo de pronome resumptivo, licenciado por questões de economia devido à configuração de bloqueio para movimento, assim como ocorre em libanês, discutido por Aoun, Choueiri e Hornstein (2001).

Referências

- ABBOTT, B. (1976) Right Node Raising as a Test for Constituenthood. *Linguistic Inquiry* 7:639-642.
- ABRAÇADO, J. (2000) O possessivo *seu* – diferentes tipos de ambigüidade e de posse. *Gragoatá*. 9:193-203.
- ALMEIDA, A. B. (1993) Pronomes possessivos de 3ª pessoa no Português Falado de São Paulo. (mimeo).
- AOUN, J., CHOUEIRI, N. e HORNSTEIN, N. (2001) Resumption, Movement, and Derivational Economy. *Linguistic Inquiry*, vol. 33:371-403
- AVELAR, J. (2003) *Sentenças Existenciais e Preenchimento do Sujeito em Português Brasileiro*. Relatório de Pesquisa apresentado à Fapesp. IEL/ UNICAMP.
- BOSKOVIC, Z. (1994) D-Structure, Theta-Criterion, and Movement into Theta-Positions. *Linguistic Analysis* 24: 247-286.
- BOSKOVIC, Z. (2001) Floating Quantifiers and Theta Role Assignment, Proceedings of *NELS* 31.
- BOSKOVIC, Z. e D.TAKAHASHI (1998) Scrambling and Last Resort. *Linguistic Inquiry* 29:347-366.
- CALABRESE, A. (1986) Pronomina. *MIT Working Paper in Linguistics* 8: 1-46.
- CARDINALETTI, A. & M. STARKE. (1994) *The Typology of Structural Deficiency: On The Three Grammatical Classes*. MS., University of Geneva.

- CASTILLO, J. C. (2001) *Thematic Relations Between Nouns*. Tese de doutorado. Universidade de Maryland, College Park.
- CERQUEIRA, V. C. (1993) *A Sintaxe do Possessivo no Português Brasileiro*. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas.
- CERQUEIRA, V. C. (1996) A forma genitiva “dele” e a categoria de concordância (GR) no português brasileiro. (129-161) In ROBERTS, I & KATO, M. (eds) *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*, Unicamp, Campinas.
- CHOMSKY, N. (1976) Conditions on rules of grammar. *Linguistic Analysis* 2:303-351.
- CHOMSKY, N. (1981) *Lectures on government and binding: the Pisa lectures*. Dordrecht; Cinnaminson: Foris.
- CHOMSKY, N. (1986) *Barriers*. Cambridge, Mass., MIT Press
- CHOMSKY, N. (1991) Some notes on the economy of derivation and representation. In *Principles and parameters in comparative grammar*, ed. Robert Freidin, Cambridge, Mass.: MIT Press. 417-454.
- CHOMSKY, N. (1992) *A Minimalist Program for Linguistic Theory*. Cambridge, MIT, Occasional Papers in Linguistics. Number 1.
- CHOMSKY, N (1993) *A Minimalist Program for Linguistic Theory*, in K. Hale and S. J. Keyser (eds). *The View from Building 20. Essays in Honor of Sylvain Bromberger*, MIT Press, Cambridge, Mass.
- CHOMSKY, N (1995) *The Minimalist Program*. Cambridge, Mass., MIT Press.
- CHOMSKY, N (1998) *Minimalist Inquiries: The Framework*, MIT *Occasional Papers in Linguistics*, vol.15.
- CHOMSKY, N (1999) *Derivation by Phase*, MIT *Occasional Papers in Linguistics*, vol. 18.

- CHOMSKY, N e LASNIK, H (1993) The theory of principles and parameters. In J. Jacobs, A. von Stechow, W. Sternefeld e T. Venneman, eds. *Syntax: An international Handbook of Contemporary Research*. Berlin: de Gruyter.
- CONTRERAS, H. (1993) On Resumptive Pronouns. *Current Studies in Spanish Linguistics*. Georgetown University Press, Washington, DC. 143-162
- DUARTE, M. E. (1996) Do Pronome Nulo ao Sujeito Pleno. A Trajetória do Sujeito no Português do Brasil. In ROBERTS, I & KATO, M. (eds) *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*, Unicamp, Campinas.
- FERREIRA, M. B. (2000). *Argumentos Nulos em Português Brasileiro*. Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Campinas.
- FÉRY, C. e HARTMANN K. *The Focus and Prosodic Structure of German Right Node Raising and Gapping*. <http://www.ling.uni-potsdam.de/~fery/pdf/gapfinal.pdf>
- FIENGO, R e MAY R. (1994) *Indices and Identity*. Cambridge, Mass., MIT Press.
- GALVES, C. C. (1984) Pronomes e categorias vazia em português do Brasil. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, 7:107-136.
- GALVES, C. C. (1996) O enfraquecimento da Concordância no Português Brasileiro. In ROBERTS, I & KATO, M. (eds) *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*, Unicamp, Campinas, 387-408.
- GROSU, A. (1976) A Note on Subject Raising to Object and Right Node Raising. *Linguistic Inquiry* 7:642-645.
- HARTMANN, K (2000) *Right Node Raising and Gapping: Interface Condition on Prosodic Deletion*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company.
- HIGGINBOTHAM, J. (1980) Pronouns and Bound Variables. *Linguistic Inquiry* 11:679-708.
- HORNSTEIN, N. (1995) *Logical Form: From GB to minimalism*. Cambridge. Mass.: Blackwell.

- HORNSTEIN, N. (1999) Movement and Control. *Linguistic Inquiry*, 30:69-96.
- HORNSTEIN, N (2001a) *On Control*. Manuscript.
- HORNSTEIN, N. (2001b) *Move! A Minimalist Theory of Construal*. Cambridge. Mass.: Blackwell.
- HORNSTEIN, N. & NUNES, J. (2002) On Asymmetries between Parasitic Gap and Across-the-Board Construction. *Syntax* v.5.1, p.26 - 54, (2002))
- KATO, M. A (1985) A Complementariedade dos Possessivos e das Construções Genitivas no Português Coloquial: Réplica a Perini. *D.E.L.T.A.*, 1 (1 e 2):107-120.
- KATO, M. A. (1999) Strong Pronominals, Weak Pronominals and the Null Subject Parameter. *PROBUS* 11: 1-37.
- KATO, M. A. (2002) Pronomes Fortes e Fracos na Sintaxe do Português Brasileiro *Revista Portuguesa de Filologia*. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Instituto de Língua e Literatura Portuguesas. Coimbra.
- KAYNE, R. (1994) *The Antisymmetry of Syntax*. Cambridge, Mass., MIT Press.
- KIGUCHI, H. & HORNSTEIN, N (2001) *PRO-gate and (Sideward Movement)*, MS, University of Maryland, College Park.
- LASNIK, H. & URIAGEREKA (1988) *A course in GB syntax*. Cambridge, Mass.: MIT Press.
- LASNIK, H. (1995) A Note on Pseudogapping, in MIT *Working Papers in Linguistics* 27: *Papers on minimalism syntax*, 143-163.
- LASNIK, H.(1995) Last Resort, in S. Haraguchi and M. Funaki (eds) *Minimalism and Linguistic Theory*, Hituzi Syobo, Tokio, 1-32.
- MIOTO, C., M.C. FIGUEIREDO SILVA, R. LOPES, (1999) *Manual de Sintaxe*. Insular, Florianópolis.
- MONTALBETTI, M. (1984) *After Binding*. Tese de doutorado, MIT.

- MÜLLER, A. L. (1996) A estrutura do sintagma nominal com argumentos genitivos. *Cadernos de Estudos Linguísticos* 31:71-89.
- MÜLLER, A. L. (1997a) A gramática das formas possessivas no português do Brasil. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas.
- MÜLLER, A. L. (1997b) A lógica subjacente à variação entre as formas possessivas de terceira pessoa: *seu versus dele*. *Revista da ANPOLL* 3:11-32.
- MÜLLER, A. L. (1998) O significado da ordem dos pronomes possessivos no sintagma nominal. *Revista da ANPOLL* 4:11-37.
- NEGRÃO, E. e A. MÜLLER (1996) As Mudanças no Sistema Pronominal Brasileiro: Substituição ou Especialização de Formas. *D.E.L.T.A.* 12:125-152.
- NEVES, M. H. M (1993) Possessivos. In Castilho, A.T. (org.) *Gramática do Português Falado*, vol 3:149-211. Campinas: Editora da UNICAMP/FAPESP.
- NUNES, J. (1995) *The Copy Theory of Movement and Linearization of Chains in the Minimalist Program*, Tese de doutorado, Universidade de Maryland, College Park.
- NUNES, J. (a s air) *Linearization of Chains and Sideward Movement*. MIT Press, Cambridge, Mass.
- NUNES, J. (2001) Sideward Movement. *Linguistic Inquiry* 32:303-344.
- PERINI, M. A. (1985) O surgimento do sistema possessivo do português coloquial: uma interpretação funcional. *D.E.L.T.A.* v.1, n.1 e 2, p.1-16.
- POSTAL, P. (1993) Parasitic Gaps and Across-the-Board Phenomenon. *Linguistic Inquiry* 24:735-754
- RODRIGUES, C. (2000) Deriving Referential Brazilian Portuguese Null Subjects from Movement. *Generals Paper*, University of Maryland.

- SELKIRK, E. *Contrastive FOCUS vs. Presentational Focus: Prosodic Evidence for Right Node Raising in English*. Department of Linguistic, University of Massachusetts-Amherst.
<http://www.lpl.univ-aix.fr/sp2002/pdf/selkirk.pdf> .
- SHERRE, M. M. P e NARO, A. J. (1993) Duas Dimensões Do Paralelismo Formal na Concordância de Número no Português Popular Do Brasil. *DELTA*. São Paulo, EDUC, 9 (1): 1-14.
- SILVA, G. M de O e (1984) Variação no sistema de possessivo de terceira pessoa. *Tempo Brasileiro*, (78/79): 54-72.
- SILVA, M.^a C. F.(1996). *A posição sujeito no português brasileiro: frases finitas e infinitivas*. Campinas, Ed. da Unicamp.
- SZABOLCSI, A. (1994) The Noun Phrase. *Syntax and Semantics 27: The Syntactic Structure of Hungarian*. Academic Press, San Diego, p. 179-274.
- URIAGEREKA, J. (1998) *Rhyme and Reason*, MIT Press, Cambridge.
- XIMENES, C. S. (2002) *Contração de Preposição em Estruturas Coordenadas*. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas.